

PROGRAMA ESTRATÉGICO DE PEQUENAS SUBVENÇÕES DE MOÇAMBIQUE PARA A UTILIZAÇÃO DE FUNDOS DA FASE OPERACIONAL 6

País: MOÇAMBIQUE

Recursos da OP6 (estimados em US\$):	600.000
a. Fundos próprios:	400.000
b. Saldo remanescente da OP5:	375.000
c. Fundos STAR (em negociação):	XXXX
d. Outros fundos a serem mobilizados:	300.000

O documento da Estratégia de Programa Nacional serve de enquadramento para as operações do programa nacional e estabelece uma orientação programática para o desenvolvimento, implementação, monitoria e avaliação de programas de pequenos financiamentos do Fundo Global do Ambiente em Moçambique. A estratégia define critérios básicos de elegibilidade de projectos e especifica os tipos de projectos a serem financiados pelo programa. Este documento foi elaborado para alinhar as estratégias da fase operacional do SGP às do GEF, e está de acordo com as prioridades ambientais de Moçambique, em resposta aos requisitos da Convenção Global do Ambiente (UNFCCC, UNCBD, UNCCD, Convenção de Estocolmo para os Poluentes Orgânicos Persistentes, Convenção de Nairobi sobre o Meio Ambiente Marinho e Costeiro da Região da África Oriental, bem como documentos relativos ao desenvolvimento nacional e redução da pobreza. Finalmente, o CPS identifica os resultados estratégicos a serem abordados pelo programa nacional durante a fase operacional seis do GEF (2015 – 2018). O público alvo deste documento são os proponentes do projecto (ONGs, CBOs e grupos comunitários), órgãos do governo central, regional e local, doadores bilaterais e multilaterais, sector privado, Comité Director Nacional e a equipa do Programa Nacional do SGP.

ÍNDICE

Lista de Abreviaturas

ACR	Relatório Nacional Annual
AMR	Relatório Anual de Monitoria
BIOFUND	Fundação para a Biodiversidade
CBD	Convenção sobre Diversidade Biológica
CBO	Organização Baseada na Comunidade
CO	Escritório Nacional
CPMT	Equipa de Gestão do Programa Central
CPS	Estratégia de Programa Nacional
CSOs	Organizações da Sociedade Civil
EU	União Europeia
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FDC	Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade
GEAP	Plano de Acção para Governação Económica
GEF	Fundo Global do Ambiente
IPEN	Rede Internacional de Eliminação de POPs
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
LFM	Matriz de Enquadramento Lógico
MASA	Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar
MCTESTP	Ministério da Ciência Tecnologia Ensino Superior e Técnico Profissional
MEA	Acordos Ambientais Multilaterais
M&E	Monitoria e Avaliação
MITADER	Ministério da Terra Ambiente e Desenvolvimento Rural
MOZBIO	Programa de Áreas de Conservação
NBSAP	Estratégia Nacional para a Biodiversidade e Plano de Acção da CBD
NC	Coordenador Nacional
NCCS	Estratégia e Plano de Acção para o Combate à Seca e Desertificação
NGO	Organização Não Governamental
NIP	Plano de Implementação Nacional
NR	Reserva Natural
NSC	Comité Director Nacional
ODS	Substâncias para a Diminuição da Camada de Ozono
OP	Fase Operacional
PA	Áreas de Protecção
PNGA	Programa Nacional de Gestão Ambiental
POPs	Poluentes Orgânicos Persistentes
PRA	Avaliação de Desempenho e Resultados
PRR	Relatório de Revisão do Programa

REDD+	Redução das Emissões através da Desflorestação e Degradação Florestal
SAPs	Programas Estratégicos de Acção
SES	Padrões Sociais e Ambientais
SDGs	Objectivos do Desenvolvimento Sustentável
SDC	Agência Suiça para o Desenvolvimento e Cooperação
SGP	Programa de Pequenos Subvenções
SPTS	Plano Estratégico para o sector do Turismo
STAR	Sistema de Alocação Transparente de Recursos
UNCCD	Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação
UNDAF	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Assistência Técnica
UNDP	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNFCCC	Convenção das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas
UNIDO	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
UNOPS	Escritório das Nações Unidas para Projectos e Serviços
USAID	Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional
WB	Banco Mundial
WCS	Sociedade para a Conservação da Vida Selvagem
WFP	Programa das Nações Unidas para a Alimentação
WWF	Fundo Mundial para a Natureza

1. Apresentação do GEF e do SGP

O Fundo Global para o Ambiente (GEF) é uma parceria global entre 183 países, instituições internacionais, ONGs e o sector privado, que tem como objectivo tratar de questões globais do ambiente enquanto apoia iniciativas nacionais de desenvolvimento sustentável. Criado em 1991, serve como um mecanismo de financiamento independente, para assistir os países no cumprimento das suas obrigações no concenrente às Convenções por si assinadas e ratificadas, nomeadamente: a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), a Convenção das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas (UNFCCC), Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD), a Convenção de Estocolmo para os Poluentes Orgânicos Persistentes e a Convenção de Minamata sobre o Mercúrio. A missão do GEF é a protecção do meio ambiente mundial com um propósito particular: o alcance dos benefícios ambientais mundiais através do financiamento de programas e projectos nas seis áreas de trabalho que se seguem: biodiversidade, mudanças climáticas, águas internacionais, degradação da terra, químicos e resíduos e a gestão sustentável das florestas (REDD+).

O GEF/SGP tem por objectivo transmitir os benefícios ambientais nas áreas focais do GEF. É implementado pelo UNDP e executado pelo UNOPS¹. Criado em 1992, na Cimeira do Rio, o GEF/SGP incorpora a natureza do desenvolvimento sustentável e inclui a essência do desenvolvimento sustentável, através do fornecimento de apoio financeiro e técnico aos projectos nos países em desenvolvimento que conservam e restauram o mundo, melhorando, em simultâneo, o bem – estar e os meios de subsistência das comunidades. O GEF/SGP demonstra que a acção da comunidade pode manter o bom equilíbrio entre as necessidades humanas e os imperativos ambientais.

O SGP liga as questões de nível local e nacional através de uma abordagem transparente, participativa e dirigidas por cada país para a planificação, elaboração e implementação de projectos. Os financiamentos são feitos directamente a grupos comunitários e ONGs, em reconhecimento do papel crucial que estes têm como um recurso e público-alvo para os interesses da conservação e desenvolvimento do meio ambiente. Embora os financiamentos do SGP sejam pequenos, o seu impacto é grande.

Tal como os programas corporativos do GEF, o SGP alinha as estratégias das suas fases operacionais às do GEF, e disponibiliza uma série de projectos demonstrativos para o escalonamento posterior, réplica e generalização. A acção, a nível local pela sociedade civil, grupos nativos e comunidades, acredita-se ser uma componente vital da Estratégia GEF 20/20 (isto é, reunindo alianças mútuas entre parceiros, para apresentar benefícios ambientais mundiais e contribuir para o Plano Estratégico do UNDP e o realce no desenvolvimento sustentável). A nível global, o objectivo do programa da OP6 do SGP é “apoiar efectivamente a criação de benefícios ambientais globais e a salvaguardar o ambiente mundial através de soluções comunitárias e locais que complementam e acrescentam valor às acções de nível nacional e global.

Com estas acções, o GEF/SGP é altamente descentralizado e implementado de forma democrática, transparente e dirigido por cada país, facilitado pelo Coordenador Nacional (NC). Os financiamentos do GEF/SGP são concedidos com base em decisões tomadas pelo Comité Director Nacional (NSC) voluntário, orientado pelo Programa Nacional desenvolvido com base no meio ambiente nacional e nas

¹ O Programa de Pequenas Subvenções do GEF (SGP) é implementado pelo UNDP em nome das agências de implementação do Fundo Global do Ambiente – e é executado pelo escritório das Nações Unidas para Projectos e Serviços (UNOPS).

prioridades de desenvolvimento. O NSC é composto por representantes do governo nacional, o Escritório do UNDP, parceiros doadores e membros da sociedade civil em representação das ONGs, academia e ciência, sendo a sua maioria proveniente do sector não-governamental.

Actualmente, existem mais de 125 países participando no GEF/SGP em cinco regiões do mundo: África, Ásia/Pacífico, Países Árabes, Europa/Comunidade de Estados Independentes e América Latina/Caribe. Este documento fornece uma Estratégia de Programa Nacional (CPS) para a implementação da Fase Operacional 6 do Programa de Pequenas Subvenções do Fundo Global para o Ambiente (GEF) na República de Moçambique, num período de 4 anos, de 2015 à 2018. A CPS é um documento dinâmico e será sujeito a revisões e actualizações regulares, alterações ou ajustes em alinhamento com o objectivo estratégico e realizações dos resultados e alvos do GEF/SGP.

2. Programa Nacional SGP – resumo dos antecedentes

O Programa Nacional GEF/SGP está em curso em Moçambique há cerca de treze anos, após uma solicitação do país através do então Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA). Em Outubro de 2013, decorreu uma missão de prospecção, a qual foi conduzida pelo CPMT e UNOPS, que culminou com o estabelecimento, no país, do Programa Nacional GEF/SGP. A equipa nacional iniciou as suas actividades em Abril de 2004, com a abertura do escritório do GEF/SGP baseado no UNDP CO. O primeiro grupo do NSC foi estabelecido na mesma altura, tendo elaborado a primeira versão da Estratégia de Programa Nacional (CPS) e aprovado os primeiros projectos de financiamentos, os quais já registaram um crescimento de mais de duzentos e trinta e um durante esses anos, cobrindo todas as áreas focais do GEF.

A estratégia do Programa Nacional, junto com as directrizes para a elaboração do projecto, aprovação e monitoria, providenciam as ferramentas necessárias para o Coordenador Nacional (NC), o Comité Director Nacional (NSC)² e os beneficiários para respeitarem os procedimentos operacionais do programa. A identificação e o desenvolvimento dos projectos dependem grandemente das condições e prioridades locais, uma vez que os critérios do GEF merecem a devida consideração junto com as ferramentas desenvolvidas pelo programa nacional.

O NSC junto com o NC têm um papel preponderante na elaboração da Estratégia de Programa Nacional (CPS). Eles têm a responsabilidade final de certificar que os interesses ambientais locais foram tomados em consideração, e que a estrutura para a implementação do projecto pelos beneficiários está estabelecida. O CPS providencia, igualmente, um canal de mecanismos para parcerias e colaboração em programas de facilitação, regulamentação, mobilização de recursos e sustentabilidade dos impactos.

Os interesses sociais relativos ao HI/SIDA e equidade de género, como questões transversais, foram integrados no CPS, assumindo que maior parte dos beneficiários está na idade activa e no intervalo de vulnerabilidade. As ferramentas analíticas foram consideradas para o processo da aprovação dos projectos para garantir que os impactos do HIV/SIDA e equidade de género de e nos projectos seja avaliada nos estágios de aprovação e implementação. Durante a revisão das propostas de projectos pelo NSC o papel económico, social, político e cultural das mulheres, crianças e dos homens são

² O NSC é composto por representantes do governo, escritório nacional do UNDP, ONGs, universidades/instituições de pesquisa, e outras organizações da sociedade civil. O NSC inclui ainda representantes dos doadores e entidades do sector privado. A participação de técnicos especialistas nas áreas focais do GEF foi certificada, e estes especialistas estão filiados ao governo, ONGs, universidades, e movimentos ambientais.

reconhecidos e dados oportunidades relevantes ou iguais. A elaboração dos projectos terá de incorporar os papéis da mulher e do homem na contribuição e gestão dos rendimentos domésticos.

Para a consideração dos impactos, a CPS tomou em consideração a necessidade da capacitação das Organizações da Sociedade Civil (CSO), com particular enfoque nas organizações comunitárias. Esforços para formação foram levados a cabo, para o melhoramento da capacidade de gestão destes grupos, tendo sido inclusas matérias sobre desenvolvimento organizacional, gestão financeira e planificação de projectos.

Dentro do GEF-5 de Moçambique, o Programa Nacional SGP foi posicionado na Categoria I e foram negociados fundos do STAR, numa quantia de US\$2.4M. O maior objectivo do Programa Nacional GEF-5 SGP Moçambique era de focalizar no desenvolvimento de redes para o crescimento dos impactos do programa.

Parte dos maiores desafios da OP5 eram de elevar e consolidar os esforços na conservação da biodiversidade em torno de *hotspots*, áreas de protecção e outras áreas de importância ambiental. Ao longo das áreas de cobertura geográfica de espécies vulneráveis, habitats e paisagens terrestres sensíveis foram identificados e envidados esforços para a elevação da sua protecção, com o envolvimento das comunidades, autoridades administrativas locais e empreendedores do sector privado.

Para a mitigação dos impactos das mudanças climáticas, os projectos foram concentrados na redução da emissão de GHG, promoção da captação do carbono, desenvolvimento e uso de tecnologias inovativas para a eficiência das energias limpas. A resiliência e adaptação, pelas comunidades, aos efeitos das mudanças climáticas foram igualmente prioritárias.

O controlo da degradação da terra continuou sendo uma prioridade, com esforços concentrados no controlo da erosão, empobrecimento dos solos, gestão de bacias hidrográficas, melhoramento da fertilização dos solos, controlo das queimadas descontroladas, controlo da desertificação e desflorestação e expansão da cobertura do plantio.

A gestão de massas de águas tem um impacto significativo na manutenção dos meios de subsistência e na habilitação da preservação ambiental. Os projectos são destinados a limitar a poluição, manter a integridade e segurança da vida selvagem ao redor dessas massas de água.

Iniciativas para reduzir, eliminar ou suprimir o uso de POPs e químicos prejudiciais que resultam na degradação do meio ambiente e constituem uma ameaça à saúde do homem e dos animais selvagens, foram desenvolvidas a nível comunitário. Foram igualmente incentivadas medidas para controlar a poluição por estas substâncias e promover o seu sequestro.

Foram promovidas medidas complementares as quais promoveram um ambiente de boa governação a nível da comunidade. Aspectos transversais tais como equidade de género, redução da vulnerabilidade, generalização das MDGs e desenvolvimento da capacidade organizacional foram tomados em conta.

A consolidação do impacto dos projectos na área de cobertura geográfica foi igualmente priorizada. As estratégias de SGP para as áreas focais foram completadas por estratégias nacionais e planos de acção para o meio ambiente como meios de abordagem das prioridades nacionais.

A 5a Fase Operacional (2011 – 2014) foi marcada por uma expansão significativa de portefolios de projectos do Programa Nacional SGP. Abordando diferentes áreas temáticas do programa nacional GEF, os projectos financiados pelo SGP (fases OP2, OP3, OP4& OP5) foram disseminados no país. A

tabela abaixo resume, tematicamente, os portfólios SGP, dando enfoque significativo à Biodiversidade (31%), seguida pela Degradação dos Solos (25%), Mudanças Climática (19%), Áreas Multifocais (14%), Águas Internacionais (7%) e Químicos/POPs (4%).

Tabela 1: Número de Projectos e Portefolios por Área Focal, para o SGP Moçambique OP2, OP3, OP4 & OP5 (2005 - 2015)

Área Focal do GEF	%	Número de projectos	TOTAL US\$		
			Total	GEF SGP	Co-financiamento
Biodiversidade	31	72	2,451,001.50	1,479,063.19	971,938.31
Mudanças Climáticas	19	44	1,620,325.00	914,468.00	705,857.00
Águas Internacionais	7	16	527,906.35	316,172.35	211,734.00
Degradação dos Solos	25	58	2,003,257.48	1,187,637.86	815,619.62
Químicos/POPs	4	9	296,812.83	186,728.00	110,084.83
Áreas Multifocais	14	32	880,271.43	524,756.02	355,515.41
TOTAL	100	231	7,779,574.59	4,608,825.42	3,170,749.17

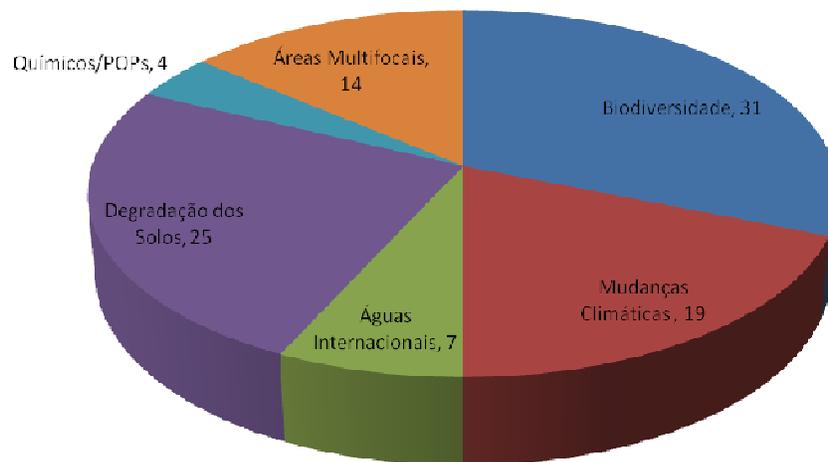


Fig. 1: Projectos do SGP Moçambique e respectivos portefolios por Área Focal nas diferentes fases operacionais, OP2, OP3, OP4 & OP5 (2005 - 2015).

O SGP Moçambique adoptou uma focalização temática de apoio a grupos comunitários. O alívio da pobreza, aumento dos rendimentos domésticos, trabalho com grupos vulneráveis, apoio à mulher, grupos juvenis e crianças foram desafios considerados pelo programa.

Por outro lado, o SGP Moçambique beneficiou um número significativo de grupos de pessoas carenciadas e vulneráveis em comunidades marginalizadas, e provou ser um mecanismo rápido, efectivo e amigável de execução para os recursos do GEF que são eficientemente usados para a protecção do meio ambiente, alívio da pobreza, promoção da inclusão social e emponderamento. Acredita-se, largamente, que os projectos do GEF Moçambique influenciaram alguns aspectos determinantes da Agenda 2025, tais como (i) Condições Básicas de Sobrevivência, (ii) Educação e Formação Abrangente, (iii) justiça social, (iv) acesso ao uso e aproveitamento de terra, (v) comunidades e instituições locais, (vi) inclusão social, (vii) equidade de género, (viii) desenvolvimento rural e de infra-estruturas.

A título de exemplo, tal como para a selecção da estratégia do NC, todos os projectos foram elaborados e seleccionados para comunidades ou grupos comunitários carenciados. Os beneficiários de quase todos os projectos eram comunidades dependentes dos recursos naturais, maioritariamente baseados na agropecuária e pesca. Mais adiante, alguns projectos SGP contribuíram na melhoria dos meios de subsistência dos beneficiários (i) melhoria das colheitas, (ii) apicultura, (iii) melhoria no fabrico de fogões, (iv) cultivo de vegetais, (v) processamento de plantas medicinais, (vi) fornecimento de serviços de internet, fotocópias, carregamento de telemóveis, e (vii) plantio de plantas fruteiras (pomares). O programa SGP incrementou o emponderamento da mulher e colocou-a em papéis de liderança em projectos, tendo, subsequentemente, estendido a sua melhor participação em outras actividades comunitárias, incluindo a tomada de decisão.

Por outro lado, no que tange à área focal de degradação dos solos (UNFCCC) e no trabalho com grupos de camponeses, o SGP permitiu a limitação da degradação ambiental através da provisão de incentivos em sementes para o apoio nas actividades dos meios de subsistência. A capacitação dos grupos usuários dos recursos permite a abordagem de aspectos de desenvolvimento sustentável nas comunidades.

O SGP foi mundialmente adoptado em 1992 na Conferência do Rio. Em Moçambique, o programa nacional foi aprovado em Outubro de 2003, e iniciou as suas actividades em Abril de 2004 (o que corresponde ao GEF – OP2 – Ano 6). Este foi o resultado da solicitação do MICOA ao GEF, baseado na ratificação, pelo país, das três Convenções ambientais do Rio. Desde a sua implementação em 2004, o SGP está a contribuir para a abordagem de aspectos ambientais e de desenvolvimento ao nível das bases. O SGP apoia e contribui na execução de convenções ambientais mundiais. As agendas e planos nacionais são igualmente considerados pelo SGP. A componente ambiental do UNDAF é também alvo de contribuições do SGP na sua execução.

A experiência, conhecimentos e parcerias das fases operacionais anteriores serviram de base para o uso efectivo dos recursos do SGP na OP6. Por exemplo, parceiros directos e indirectos desta estratégia foram identificados, de um leque de apoio governamental, (MITADER, MASA, MCTESTP e outros), ONGs, e conservação (BIOFUND, WWF, IUCN, WCS) e agências de desenvolvimento rural (FDC, KULIMA). Outros parceiros, Banco Mundial (MOZBIO), USAID e outros, nas suas abordagens sobre o meio ambiente fornecem apoio a nível geral, nacional e governamental. Existe ainda potencial para a cooperação do GEF/SGP com o UNDP CO *Truck funds* e o GEF/STAR bem como com os projectos do UNDP, no concernente à Natureza, biodiversidade e desenvolvimento.

A implementação das estratégias de SGP passados gerou uma vasta gama de lições sobre a necessidade de firmar parcerias para cobrir as lacunas técnicas e financeiras. Assim, o programa nacional irá

esforçar-se para manter (vide a tabela a baixo) e expandir as relações de parcerias existentes com doadores bilaterais e multilaterais.

O co-financiamento total passado com outros parceiros, resultou em US\$ 3,170,749.17, o que demonstra um grande interesse e comprometimento do co-financiamento de projectos. Os debates estão encaminhados para, de forma firme e eficiente, colaborarem na implementação da iniciativa do SGP para paisagens terrestres/marítimas com parcerias de financiamento dos projectos do MOZBIO, MITADER e MASA.

3. Nicho do programa nacional SGP

A nível mundial, na sua 6a Fase Operacional (OP6), o objectivo do programa SGP é **“apoiar efectivamente a criação dos benefícios ambientais mundiais e a salvaguarda do meio ambiente mundial através de soluções locais e comunitárias que complementam e adicionam valor às acções de nível nacional e mundial”**. O GEF/SGP definiu sete iniciativas estratégicas³ que conduziram à preparação do processo da OP6 da CPS nacional e induziram os países a priorizar e seleccionar com base nas prioridades e capacidades nacionais.

3.1. Alinhamento com as prioridades nacionais

Moçambique possui três grupos de ecossistemas naturais importantes: (i) ecossistemas terrestres; (ii) ecossistemas costeiros e marinhos; e (iii) ecossistemas de águas interiores.

Várias paisagens estão igualmente dispersas no país. A plataforma oceânica apresenta uma multiplicidade de cobertura de algas marinhas. Para além da formação de dunas, a área costeira é coberta por mangais e florestas costeiras. O interior do país é coberto por uma extensa savana e em alguns lugares, áreas de floresta de montanha, pântanos e bacias hidrográficas. Esta diversidade paisagística estimula o enriquecimento de espécies, quer marinhas, terrestres e as da água doce dos rios e lagos. Elas cobrem uma diversidade biológica considerável, estimada em 6.000 espécies de plantas e 4.200 espécies de animais (3.075 insectos, 726 aves, 214 mamíferos, 171 répteis e 85 anfíbios).

Existe um potencial considerável de diversidade para a produção agrícola e criação de gado, dispersa por cerca de 10 zonas agro-ecológicas. A diversidade de ecossistemas naturais em Moçambique deve ser igualmente vista sob o ponto de vista do seu potencial regulador ambiental, e os benefícios intangíveis da biodiversidade, que são muitas vezes ignorados.

Com este reconhecimento, muitas políticas e estratégias-chave foram recentemente adoptadas ou estão sendo preparadas e/ou revistas. As mais relevantes são as *NCCS*, *Estratégia e Plano de Acção para o Combate à Seca e Desertificação*, *a Avaliação Estratégica do Meio Ambiente para a Gestão das Zonas Costeiras*, *O Plano de Acção para a Economia Verde (GEAP)*, *Plano Estratégico para o Sector do Turismo (SPTS)*, dentre outros. Com a excepção do NCCS, o GEAP e o SPTS, outros documentos estão ainda em processo de elaboração, contudo, eles contêm elementos essenciais para a biodiversidade.

³ A conservação das paisagens terrestres comunitárias, agro-ecologia inovativa de clima inteligente, benefícios do acesso à energia com baixo teor de carbono, gestão local ou mundial das coligações químicas, política governamental de CSO e plataformas de planificação e diálogo, promoção da inclusão social (generalização do género, juventude e envolvimento de grupos de populações nativas), alcance global para o programa de conhecimento baseado na prática do cidadão (Biblioteca digital de inovações comunitárias e intercâmbio sul-Sul de inovações comunitárias).

Outras políticas relevantes para esta estratégia são: *Política e Estratégia de Bio-combustíveis* (Resolução no. 22/2009 de 4 de Outubro) *Política de Energias Novas e Renováveis* (Resolução no. 62/2009 de 14 de Outubro) e *Política e Estratégia da Conservação* para a sua implementação (Resolução no. 63(2009 de 02 de Novembro).

3.2. Convenções e Tratados ambientais Relevantes

Infelizmente, como em todo lado, as actividades humanas constituem as causas directas no uso da terra, que podem resultar na redução ou perda da biodiversidade, e operam a várias escalas espaciais. Constituem as maiores ameaças para a biodiversidade em Moçambique: a Conversão, perda, degradação e fragmentação dos habitats naturais; sobre-exploração de algumas espécies; Invasão por espécies não nativas, que prejudicam o ecossistema e as espécies nativas; Poluição e contaminação dos habitats naturais ou espécies; e mudanças climáticas. Estas ameaças trouxeram à superfície a necessidade da ratificação de muitas convenções e planos ou programas nacionais/regionais, como ilustra a tabela 2.

Tabela 2: Lista de convenções e planos ou programas nacionais/regionais relevantes

Convenções do Rio + estrutura da planificação nacional	Data da ratificação/ Realização
Convenção Africana sobre a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais	1981
Convenção sobre o Comércio internacional de Espécies em Vias de Extinção (CITES)	1981
Convenção da ONU sobre a Diversidade Biológica (CBD)	24 de Agosto de 1994
Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade (NBSAP)	21 de Outubro de 2007
Protocolo de Nagoya sobre o Acesso e Partilha de Benefícios (ABS)	2014
Estrutura da Convenção das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas (UNFCCC)	24 de Agosto de 1994
Comunicações Nacionais da UNFCCC (1ª, 2ª, 3ª)	21 de Outubro de 2007
Acções da UNFCCC Nacionalmente Apropriadas para a Mitigação (NAMA)	7 de Fevereiro de 2008
Planos de Acção da UNFCCC para adaptação Nacional (NAPA)	
Convenção da ONU para o Combate à Desertificação (UNCCD)	26 de Novembro de 1996
Programas da UNCCD para acção Nacional (NAP)	21 de Outubro de 2007
Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs)	31 Dezembro 2004
Plano de SC para Implementação Nacional (NIP)	12 de Agosto de 2008
Capacidade Nacional de Auto-Avaliação (NCSA)	9-11 de Maio de 2007
Formulação de Exercícios do Portfólio nacional do GEF-6 (NPFE)	24 de Março de 2011
Programas de Acção Estratégica (SAPs) para as águas internacionais compartilhadas ⁴	26 de Novembro de 1996
Convenção de Minamata sobre o Mercúrio	10 de Outubro de 2013

⁴ Por favor, identificar os projectos regionais IW existentes e os SAPs regionais adoptados por países que partilham massas de água internacionais de forma a alinhar as intervenções locais do SGP. Vide a página Web para encontrar alguns dos SAPs: <http://iwlearn.net/publications/SAP>

Estratégia do Banco Mundial para a Redução da Pobreza (PRSP II:2006-2009)	1 de Maio de 2006
Convenção sobre a Protecção de Pantânos (RAMSAR)	2003
Convenção de Bamako sobre a Proibição da Importação de Resíduos Perigosos e Controlo Trans-fronteiriço da movimentação de tais resíduos em África	1996
Convenção sobre a Protecção, Gestão e Desenvolvimento da Região Marítima e Costeira da África Oriental	1996
Estrutura da Convenção sobre as Mudanças Climáticas (UNFCCC)	1994

Durante a vigência das Estratégias dos Programas Nacionais passados, organizações comunitárias, ONGs e as comunidades estavam activamente envolvidos na implementação bem sucedida dos 231 projectos mencionados, financiados pelo GEF SGP Moçambique. Os campos de assistências mais frequentes eram a biodiversidade, mudanças climáticas, águas internacionais, degradação dos solos, químicos/ Poluentes Orgânicos Persistentes e áreas multifocais.

As lições aprendidas da implementação das estratégias anteriores são, dentre outras, a necessidade de promover e apoiar um engajamento activo dos parceiros, incluindo as comunidades locais, ONG's, o sector privado e vários outros parceiros governamentais. Estrategicamente, isto implica que a nova estratégia que define as prioridades em cada área de destaque deve respeitar as condições locais; as redes de colaboração e cooperação de actores válidos em cada sítio devem ser certificadas; o respeito pelos conhecimentos dos líderes locais e grupos minoritários será crucial para o sucesso das actividades. Assim, as áreas focais do GEF estão sendo abordadas tendo em conta as agendas e planos locais. O SGP complementa as iniciativas do país nas áreas do alívio da pobreza, protecção ambiental e desenvolvimento sustentável. O SGP reconhece o papel preponderante das famílias e comunidades, na aplicação de soluções apropriadas localmente, que possam ter um papel importante na protecção do meio ambiente.

No sector do meio ambiente, vários passos foram dados para estabelecer uma estrutura institucional legal favorável, para lidar com aspectos de interesse ambiental e social. O Programa Nacional de Gestão Ambiental (PNGA), adoptado em 1995, complementa Agenda-21 no estabelecimento de prioridades de intervenção. Em 2007 foi adoptada uma Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável, a qual estabelece uma série de cenários e áreas de intervenção estratégica para a protecção do meio ambiente.

Esta estrutura legal e institucional tem como objectivos, os seguintes:

- Minimizar o risco de vulnerabilidade ambiental;
- Apoiar as práticas ambientais sustentáveis;
- Fomentar o uso de recursos sustentáveis;
- Melhorar os meios de subsistência a nível comunitário;
- Melhorar o acesso a infra-estruturas e serviços ambientais básicos;
- Garantir um desenvolvimento económico e social sólido; e
- Reduzir e prevenir a poluição.

O trabalho complementar foi iniciado para a proclamação de novos Patrimónios Mundiais Naturais como o Arquipélago de Bazaruto e a Ilha de Inhaca⁵, e a elaboração do respectivo plano de acção para complementar as várias políticas e estratégias. Durante a implementação da última estratégia, paisagens terrestres importantes receberam atenção governamental (Paisagens do Lago Niassa e Ilhas Primeiras e Ilhas Segundas, bem como as paisagens do Rovuma). As iniciativas estão sendo levadas a cabo para o estabelecimento da primeira Reserva de Biosfera. Todos os esforços estão em alinhamento com as directrizes estratégicas da OP6.

As organizações da sociedade civil têm uma história nacional de médio-prazo. Nas zonas urbanas, podem se encontrar ONG's que trabalham com questões ambientais e nas zonas rurais, a maioria das CBOs desenvolvem actividades promovidas pelas autoridades administrativas locais. As ONG's bem estabelecidas podem servir de ponte para a maioria das CBOs para expandirem e desenvolverem a sua capacidade de intervenção. A avaliação geral levada a cabo pela CPMT em Outubro de 2003, durante uma missão de avaliação para o estabelecimento do SGP em Moçambique, indicou haver necessidade de capacitação para o fortalecimento da capacidade organizacional da sociedade civil.

Existe uma vantagem de que a protecção ambiental e o desenvolvimento sustentável são questões de maior enfoque das ONGs e CBOs, e conseqüentemente constituem os potenciais beneficiários, contudo persiste a necessidade de um apoio adicional no desenvolvimento das suas competências.

Com o apoio do sector privado e comunidade doadora, muito pode ser feito para o estabelecimento de uma sociedade civil institucionalizada, a partir da reserva de donatários que irão beneficiar do financiamento do SGP. O objectivo final será converte-las em empresas comunitárias.

3.3. Contexto da programação do OP5

O SGP Moçambique irá usar os recursos da OP6 para apoiar a implementação das prioridades nacionais em relação às directrizes estratégicas do GEF-6 e ajudar o país a alcançar os objectivos das convenções mundiais. Sob estas directrizes, Padrões Sociais e Ambientais (SES) serão adoptados como meios de redução de riscos de intervenção social e ambiental do SGP. Assim, os princípios transversais de SES (Direitos Humanos, Equidade de Género e Empoderamento da Mulher, Sustentabilidade Ambiental) e os padrões (Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais, Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas, Saúde Comunitária, Segurança e Condições de Trabalho, Património Cultural, Desalojamentos e Reassentamentos, Grupos Nativos, Prevenção da Poluição e Eficiência dos Recursos), serão usados pelo programa nacional enquanto os projectos do SGP são seleccionados na OP6. Para certificar que os projectos individuais estão em conformidade com os requisitos de protecção, a equipa nacional do SGP irá usar a lista de verificação de projectos SES durante a avaliação dos projectos. As questões da lista de verificação estão também incluídas no formulário de avaliação de candidaturas usado pelo NSC durante o processo de revisão e avaliação do projecto. Os critérios de SES serão oportunamente comunicados aos parceiros durante os workshops e encontros de concertação da equipa do SGP.

⁵ Caso de estudo da nomeação do Arquipélago de Bazaruto e Ilha de Inhaca como Património Mundial – UNESCO, Moçambique

3.4. Complementaridade e sinergia com outras iniciativas

Tabela 3. Contribuição do SGP nas prioridades nacionais / Resultados corporativos do GEF-6

1 Iniciativas estratégicas do SGP OP6	2 Resultados corporativos do GEF-6 por área focal	3 Breve descrição do nicho ⁶ do Programa Nacional SGP relevante para as prioridades nacionais/outras agências ⁷	4 Breve descrição da complementaridade entre o Programa Nacional SGP e a programação estratégica do UNDP CO
Paisagens terrestres/ paisagens marinhas de conservação	<i>Mantêm globalmente uma biodiversidade significativa e os bens e serviços do ecossistema que este provê à sociedade</i>	Implementação de planos de gestão de biodiversidade e acções que efectivamente tocam as metas subjacentes de mudança e pressionam a biodiversidade/elevam os níveis de interesse e conhecimentos dos beneficiários através da promoção de boas práticas de uso sustentável pelas comunidades; acções directas que tocam especificamente as ameaças antropogénicas: reduzir a caça furtiva e a super-exploração, rever as fronteiras dos PAs, incrementar ou melhorar as redes de corredores, proteger as espécies em risco e preservar a diversidade genética; determinação e controlo de espécies invasivas, tanto na terra como na água e em habitats marinhos; conhecimentos tradicionais, meios de subsistência, resiliência e adaptação às mudanças climáticas de forma a se habilitar a implementação de soluções sustentáveis baseadas nas condições locais e de vasta aceitação;	Projecto Paisagens do Rovuma Manutenção da conectividade das florestas do Miombo e costeiras para preservar os serviços e produtos vitais do ecossistema para a vida humana, incluindo os habitats e pastos para elefantes, cães selvagens, rinocerontes e outros. Bacias do Lago Niassa e do Baixo Zambeze Organização de pescadores comunitários e sua capacitação para reduzir a prática de pesca, ilegal, criar actividades alternativas de geração de rendimento e implementar educação ambiental para proteger a biodiversidade virgem e inigualável da água doce do lago, incluindo recifes de água doce e espécies endémicas de peixe; Implementação de iniciativas de CBNRM no delta, bem como apoiar o governo para desenvolver um plano Ramsar holístico, multi-sectorial de gestão do sítio.

⁶ “Nichos” refere-se ao papel ou contribuição em que o Programa Nacional melhor se ajusta para operar e para o qual os outros intervenientes concordam.

⁷ Descreve apenas as iniciativas estratégicas da OP6 que serão programadas pelo Programa Nacional SGP.

			<p>Projecto Arquipélago Primeiras & Segundas</p> <p>Os ecossistemas terrestres e marinhos são prósperos e as populações carenciadas que deles dependem vivem melhor e têm mais opções e são participantes activos na estrutura governamental que certifica que os recursos naturais são geridos para as gerações actuais e futuras.</p> <p>Projecto Paisagem marinha do Bazaruto</p> <p>Desenvolvimento de associações de Pescadores e a sua participação na monitoria de recursos biológicos bem como em actividades de geração de rendimento tais como carpintaria, costura, guias de campo</p>
<p>Agro-ecologia inovativa de soluções climáticas inteligentes; Conservação Comunitária de paisagens terrestres/paisagens marinhas</p>	<p><i>Gestão sustentável dos solos nos sistemas de produção (agricultura, terrenos de pasto e paisagens de floresta)</i></p>	<p>Implementação de sistemas agro-ecológicos, alternativas de reforço para a agricultura como fonte de rendimento para as populações locais (isto é, produção de pescado e turismo); restauração de solos degradados, especialmente pastos nas zonas áridas e a introdução de práticas de uso intensivo dos solos para a pastagem e produção do gado; melhoramento e aumento das florestas e áreas florestais; prática de educação ambiental através do envolvimento das comunidades nos projectos locais de restauração, de forma a elevar o nível de conhecimento e interesse das populações locais/o público em geral sobre questões ambientais em particular a erosão e desertificação; Implementar medidas/actividades para elevar a resiliência de paisagens agrícolas às mudanças climáticas: melhorar e desenvolver práticas agrícolas de conservação nas áreas livres ou menos vulneráveis;</p>	<p>Projecto de Agricultura e Gestão de Recursos Naturais</p> <p>Aumento da participação de pequenos agricultores comerciais emergentes nas cadeias de valor da agricultura e florestas; e a elevação da sua competitividade global, sustentabilidade e resiliência. Promoção da gestão integrada de paisagens nas paisagens-alvo; assegurar o direito de posse de terra das comunidades rurais e singulares; Proteger, reforçar e restaurar os habitats nas paisagens terrestres.</p> <p>Projecto de paisagens terrestres de Gilé NR</p> <p>Redução constante das perdas de biodiversidade e os serviços melhorados na conservação dos ecossistemas na áreas de protecção. Melhoradas as condições para as populações locais através da conservação dos ecossistemas,</p>

		<p>Promover/melhorar/introduzir boas práticas/ inovações tecnológicas na agricultura para atingir os problemas de seca no Sul e chuvas excessivas no Norte do país; práticas agro-pecuárias diversificadas para a produção de alimentos ex: aquacultura; Melhoramento/promoção de iniciativas de mercado de produtos agro-pecuários já existentes e expandi-las pelo país.</p>	<p>técnicas de agricultura de conservação, educação ambiental e o fortalecimento dos grupos de interesse. Desenvolvimento e adopção de instrumentos inovativos de financiamento para garantir maior sustentabilidade e rentabilidade das áreas de protecção.</p>
<p>Conservação das paisagens comunitárias terrestres/marinhas</p>	<p><i>Promoção da gestão colectiva dos sistemas trans-fronteiriços de águas e a implementação integral das reformas políticas, legal e institucional e de investimentos, contribuindo para o uso e manutenção sustentável dos serviços dos ecossistemas</i></p>	<p>Fortalecimento da cooperação regional e plataformas de diálogo para a gestão dos sistemas trans-fronteiriços de águas para reduzir a vulnerabilidade às cheias e para permitir estratégias de conservação e poupança.</p>	<p>Desenvolvimento de capacidades nacionais para o Desenvolvimento Humano Sustentável</p> <p>Capacidade nacional de perspectivar, elaborar e planificar para a implementação através de um processo inclusivo, novos percursos de desenvolvimento que levam a um desenvolvimento humano mais sustentável, com menores emissões e resiliente ao clima.</p> <p>Projecto de Gestão Sustentável de Recursos Terrestres & Hídricos</p> <p>Aumento da capacidade das comunidades para a abordagem de desafios interligados dos impactos adversos das mudanças climáticas, pobreza rural, insegurança alimentar e degradação dos solos.</p> <p>Integração das medidas de adaptação envolvendo a gestão de terras, águas e sementes melhoradas resistentes à seca.</p> <p>Financiamento sustentável para a conservação da biodiversidade</p> <p>Apoio à capacidade nacional para o uso dos recursos naturais nas áreas de protecção</p>

<p>Co – benefícios do acesso á energia</p>	<p><i>Apoio para as mudanças transformacionais rumo às baixas emissões e resilientes</i></p>	<p>Incorporação da mitigação das mudanças climáticas e a sua adaptação em objectivos ambientais e sustentáveis de desenvolvimento e processo de planificação; Desenvolvimento e fortalecimento de políticas, instituições, capacidades e conhecimentos para um desenvolvimento integrado de baixas emissões e resiliência, envolvendo o sector privado e todos os intervenientes; Mobilização e diversificação das opções e políticas de financiamento para o desenvolvimento de baixas emissões e resiliência.</p>	<p>Mudanças Climáticas e REDD</p> <p>Redução das causas das mudanças climáticas; evitar a desflorestação e degradação florestal; promoção da gestão sustentável das florestas; promoção da conservação dos ecossistemas e biodiversidade; aumento das reservas de carbono; abordagem das mudanças climáticas e pobreza rural em simultâneo com a conservação da biodiversidade e sustentabilidade dos serviços ambientais vitais.</p> <p>Adaptação Climática e Segurança Alimentar em África</p> <p>Reforçar a capacidade de Moçambique para se adaptar aos impactos actuais e projectados das variações e mudanças climáticas que afectam a segurança alimentar e outras prioridades de desenvolvimento, através do fortalecimento da gestão do risco climático e prosseguir com o percurso de desenvolvimento de resiliência climática.</p> <p>Gestão Sustentável de Recursos Naturais e Crescimento e Desenvolvimento Equitativo</p> <p>Promoção do melhor entendimento e melhorar a consciencialização das mudanças climáticas e seus efeitos para as populações carenciadas e vulneráveis, e contribuir para o esboço de políticas de adaptação e boas práticas.</p> <p>Desenvolvimento de Capacidades Nacionais para o Desenvolvimento Humano</p>
--	--	---	---

			<p>Sustentável Capacidade nacional de perspectivar, elaborar e planificar para implementação através de processos inclusivos, de novos percursos de desenvolvimentos que levam a um desenvolvimento humano mais sustentável, baixas emissões e resiliência climática.</p>
Coligações químicas locais e mundiais	<p><i>Aumento na supressão, eliminação e redução das emissões de POPs, ODS, mercúrio e outros químicos de interesse mundial</i></p>	<p>Elevação da consciencialização e conhecimentos públicos sobre questões e riscos relacionados aos POPs e outros químicos prejudiciais; Implementação de processos eficientes de descarte, redução, reciclagem ou tratamento com o envolvimento de todos os intervenientes;</p> <p>Determinação dos níveis de produção e contaminação enquanto se transmitem estratégias sustentáveis de redução de POPs e outras substâncias tóxicas com impactos mundiais.</p> <p>Promoção da aplicação de métodos modernos e seguros de gestão de resíduos sólidos.</p>	<p>Projecto de Assistência Técnica ao sector de Mineração e Gás em Moçambique Fortalecimento da capacidade e dos sistemas de governação das instituições chave para a gestão dos sectores de mineração e hidrocarbonetos em Moçambique.</p> <p>Projecto de Gestão de Paisagens Agrícolas e recursos Naturais Aumento das pragas e subsequentemente crescimento do uso de pesticidas para o seu controlo, incluindo o aumento do uso de fertilizantes químicos no ciclo agrícola inteiro.</p>
Plataformas de diálogo CSO-Governo	<p><i>Fortalecer a capacidade da sociedade civil para a implementação dos MEAs (Acordos Multilaterais sobre o Meio Ambiente) e políticas nacionais e sub-nacionais, planificação e estruturas legais</i></p>	<p>Implementação de plataformas eficientes de envolvimento do Governo, das comunidades locais e da sociedade civil no desenvolvimento e implementação de políticas, incluindo a implementação de acordos internacionais/regionais e outras estruturas legais</p> <p>Envolvimento de ONGs nacionais na implementação de actividades dentro das directrizes da convenção e respectivos relatórios</p>	<p>Acção de adaptação e Generalização das Mudanças Climáticas em Moçambique Desenvolvimento de directrizes e conjuntos de ferramentas para provar o nível de dinamismo no sector de saúde e pescas.</p> <p>Adaptação nas zonas costeiras de Moçambique Desenvolvimento e generalização das directrizes de planificação do uso da terra, desenvolvimento de uma política de orientação de formação, a nível nacional e comunitário sobre a gestão de risco climático.</p>

			<p>Implementação da adopção de medidas, a nível familiar e comunitário, com os resultados disseminados a nível nacional.</p> <p>Promoção de réplicas através de campanhas de consciencialização pública, visitas de exposição, envolvimento de organizações de CSO</p>
<p>Inclusão social (género, juventude populações nativas)</p>	<p><i>Generalização da Política do Género no GEF e Plano de Acção para a Equidade do Género e Princípios do GEF para o Engajamento com grupos de populações nativas</i></p>	<p>Garantir a participação equitativa para homens e mulheres em todos os aspectos da vida social para fomentar o desenvolvimento socioeconómico, político e cultural do país;</p> <p>Promover a participação de todos os grupos sociais no desenvolvimento político e económico do país, e observar as respectivas convenções internacionais.</p>	<p>Gestão Sustentável dos recursos Naturais e o Crescimento e Desenvolvimento Equitativo</p> <p>Promoção do melhor entendimento e melhorar a consciencialização das mudanças climáticas e seus efeitos para as populações carenciadas e vulneráveis, e contribuir para o esboço de políticas de adaptação e as boas práticas</p> <p>Ação de adaptação e Generalização das Mudanças Climáticas em Moçambique</p> <p>Desenvolvimento de directrizes e conjuntos de ferramentas para provar o nível de dinamismo no sector de saúde e pescas.</p> <p>Desenvolvimento de Capacidades Nacionais para o Desenvolvimento Humano Sustentável</p> <p>Capacidade nacional de perspectivar, elaborar e planificar para a implementação através de processos inclusivos, de novos percursos de desenvolvimentos que levam a um desenvolvimento humano mais sustentável, baixas emissões e resiliência climática.</p>

<p>Contribuição para a gestão de plataformas globais de conhecimento</p>	<p><i>Contribuir para os esforços do GEF KM</i></p>	<p>Criação de plataformas permanentes de partilha de dados científicos entre as instituições locais como uma base para permitir e elevar o desenvolvimento do conhecimento e dos processos de partilha/atitude a nível nacional e para o fortalecimento da partilha e disseminação do conhecimento a nível regional e internacional; Desenvolvimento e implementação de políticas competitivas e eficientes de ciência e educação, com especial enfoque no desenvolvimento de tecnologias inovativas</p>	<p>Gestão Sustentável dos recursos Naturais e o Crescimento e Desenvolvimento Equitativo</p> <p>Promoção do melhor entendimento e melhorar a consciencialização das mudanças climáticas e seus efeitos para as populações carenciadas e vulneráveis, e contribuir para o esboço de políticas de adaptação e as boas práticas</p> <p>Ação de adaptação e Generalização das Mudanças Climáticas em Moçambique</p> <p>Desenvolvimento de directrizes e conjuntos de ferramentas para provar o nível de dinamismo no sector de saúde e pescas.</p> <p>Provisão de apoio financeiro, experiência, conhecimento e desenvolvimento de produtos analíticos para a tomada de decisão baseada em evidências, inovação e soluções não convencionais.</p> <p>Desenvolvimento de Capacidades Nacionais para o Desenvolvimento Humano Sustentável</p> <p>Capacidade nacional de perspectivar, elaborar e planificar para implementação através de processos inclusivos, de novos percursos de desenvolvimentos que levam a um desenvolvimento humano mais sustentável, baixas emissões e resiliência climática.</p>
--	---	--	--

4. Estratégias da OP6

Na OP6, o SGP Moçambique irá concentrar esforços em 8 áreas geográficas que permitem a aproximação integrada de paisagens terrestres/paisagens marinhas e a participação de multi-intervenientes para intervenção, tomada de decisão e mobilização de recursos. Os quatro focos temáticos que se seguem são prioritários:

1. Conservação de Paisagens Comunitárias Terrestres e Marinhas
2. Agro-ecologia e Inovação Climática Inteligente
3. Co-benefícios do Acesso à Energia com baixo teor Carbónico
4. Gestão Local ou Mundial de Coligações Químicas

4.1. Iniciativas estratégicas da OP6

Componente 1 da OP6 do SGP - Conservação de Paisagens Comunitárias Terrestres e Marinhas

(Objectivo1) Identificar e descrever as componentes essenciais das paisagens: (a) componente biofísico: ecossistemas, habitats, corredores e os serviços prestados pelos ecossistemas e os benefícios que eles oferecem às comunidades e a sociedade civil em geral; os sistemas e unidades de recursos: terras comunitárias, principais habitats, corredores ecológicos, solos, vegetação, agro-sistemas, pântanos, massas de águas, áreas marinhas e costeiras, áreas de conservação, estado e tendências de conservação/degradação, as principais componentes fora da paisagem que interagem com as paisagens terrestres e marinhas. (b) Componente socioeconómico: as comunidades que usam a paisagem, a estrutura social (líderes comunitários, grupos étnicos e outros agrupamentos sociais, línguas, género), o relacionamento entre as comunidades locais e as áreas de conservação dentro das paisagens, aspectos de fixação humana, infra-estruturas, aspectos de alocação e uso de recursos, sistemas de meios de subsistência, padrões e níveis de dependência pela capital, saúde, cultura: conhecimentos e valores tradicionais, leis e crenças costumeiras por diferentes grupos comunitários, a percepção do valor dos recursos naturais; as instituições/sistemas de governação: políticas governamentais incluindo políticas de género, leis.

(Objectivo 2) Identificar e descrever os principais vectores de mudança a nível das paisagens terrestres/marinhas: a) as pressões externas (densidade populacional e políticas externas de economia); acontecimentos de longo prazo ex: a elevação do nível do mar, elevação da temperatura, b) acontecimentos subtis ex: cheias e secas, e outras pressões internas (queimadas, incêndios antropogénicos, mineração e poluição química, degradação e transformação ambiental) e outras pressões relacionadas com o desenvolvimento; resiliência e adaptação das populações às mudanças climáticas c) estabelecer, indicar e descrever relação entre as pressões descritas (internas e externas) com as mudança que as mesmas promovem e de que forma a interacção entre elas pode produzir resultados específicos da paisagem. d) Indicar e descrever como as mudanças podem ser mitigadas usando actividades sinérgicas que incluem a conservação comunitária das paisagens, agro-ecologia inovativa inteligente, co-benefícios do acesso a energias com baixo teor carbónico, políticas locais de gestão química e a aplicação das leis, plataformas de políticas e diálogo governamental, iniciativas de inclusão social (empoderamento da mulher, juventude e envolvimento social) e inovação tecnológica para o benefício das comunidades.

(Objectivo 3) Desenvolver e implementar abordagens antropogénicas baseadas em ameaças para o planeamento e acções de conservação da biodiversidade a nível de paisagens terrestres/paisagens marinhas.

Em Moçambique, maior parte das populações vive em Áreas de Conservação e, no geral, as comunidades dependem, em grande medida, dos recursos biológicos para a sua sobrevivência. Os desafios incluem plataformas fortes de diálogo e decisões tácticas, com o envolvimento das comunidades e dos intervenientes, abordando a dinâmica das ameaças antropogénicas para a conservação comunitária das paisagens terrestres/marinhas, a delimitação das fronteiras das unidades nacionais de planificação tais como grelhas para acomodar as unidades actuais de gestão, perdas/ganhos de áreas de interesse enquanto se eleva o nível de interesse entre as comunidades e a sociedade civil no geral em gestão de conservação sustentável da biodiversidade nacional.

1. Componente 2 da OP6 do SGP – Agro-ecologia e Inovação Climática Inteligente

(Objectivo 1) transformar as paisagens agrícolas em sistemas que apoiam o desenvolvimento enquanto garantem a segurança alimentar em mudanças climáticas.

A prioridade será em projectos que trarão estratégias inovadoras para a redução da emissão de gases com efeito estufa nas paisagens agrícolas, e estratégias agro-pecuárias para a diversificação da produção de alimentos. A adopção de sistemas de produção agrícola e alimentar, a fim de melhorar os meios de subsistência e a segurança alimentar nas paisagens agrícolas requer princípios integrados que incluem estratégias e sinergias de gestão acima do nível dos agricultores de produção individual, portanto, o engajamento de intervenientes múltiplos (comunidades, privados e sectores da sociedade civil) será necessário.

1. Componente 3 da OP6 do SGP - Co-benefícios do Acesso á Energia com baixo teor Carbónico

Assumir o desenvolvimento do percurso enquanto se reforça a resiliência aos impactos das mudanças climáticas constitui uma forma de assegurar os co-benefícios locais e globais. Para o desenvolvimento de políticas e iniciativas de baixo teor de carbono é necessário mobilizar recursos humanos e financeiros e criar capacidade institucional para apoiar a inovação a nível local e nacional. Neste contexto, o objectivo desta iniciativa estratégica será de maximizar as políticas de energia ou de intervenção a preços reduzidos para a sociedade e para o meio ambiente, enquanto se garante o desenvolvimento do país. Os co-benefícios serão ganhos através do desenvolvimento de medidas com redução do efeito estufa a curto ou médio prazo. Assim, esta iniciativa estratégica irá apoiar projectos que irão produzir inovações tecnológicas de eficiência de energia e baixo teor carbónico a baixo custo. Outras actividades e intervenções para a capacitação institucional ou comunitária para a redução das emissões do efeito estufa serão apoiadas por esta iniciativa estratégica.

1. Componente 4 da OP6 do SGP - Gestão Local ou Mundial de Coligações Químicas

Por um lado, enquanto as actividades mineiras estão em crescimento, novos resíduos químicos e orgânicos são produzidos e descartados a nível das paisagens terrestres/marinha. Por outro lado, as

áreas de fracos sistemas de esgotos e aterros abertos representam problemas ambientais e de saúde. Contudo, apenas muito recentemente, o país iniciou a restrição de algumas fontes de poluição. Assim, as comunidades e os habitats naturais estão em risco com os POPs e outras substâncias tóxicas que persistem no meio ambiente. Os desafios, nesta área, são de criar processos eficientes de descarte, redução, reciclagem ou tratamento, com o envolvimento de todos os intervenientes, de forma a reverter a situação. Deve-se dar prioridade aos projectos que desenvolvam e implementem mecanismos e acções concretas, em alinhamento com as Convenções Internacionais, especificamente, os relativos às determinações de produção e níveis de contaminação, enquanto são transmitidas estratégias sustentáveis de redução de POPs e outras substâncias tóxicas com impactos mundiais, educação e consciencialização pública.

4.2 Paisagens Terrestres/marinhas -Estratégias baseadas na concessão de financiamento da OP6

O processo de desenvolvimento da Estratégia de Programa Nacional foi implementado em 5 (cinco) fases:

Passo 1.Revisão e avaliação da OP5 da Estratégia de Programa Nacional

Passo 2.Exercícios de prospecção e consulta da OP6 da Estratégia de Programa Nacional

Passo 3. Avaliação das linhas de base das paisagens terrestres/marinhas seleccionadas

Passo 4.Consultas da OP6 da Estratégia de Programa Nacional

Passo 5.Finalização da Estratégia de Programa Nacional

O processo de desenvolvimento da estratégia foi baseado na informação disponível de estratégias anteriores (OP2, OP3, OP4 e OP5 da Estratégia de Programa Nacional). Destas estratégias de programas anteriores, foram avaliadas diferentes casos de estudo. As lições aprendidas e as boas práticas foram compiladas e debatidas com o envolvimento activo sociedade civil e dirigentes políticos baseados nas organizações através de workshops e princípios de grupos focais participativos, encontros directos e entrevistas com os intervenientes.

A Revisão e avaliação da OP5 da Estratégia de Programa Nacional foi possível através de encontros de facilitação do NSC e beneficiou de relatórios feitos pelos beneficiários do fundo do SGP e visitas de campo. A conclusão foi que o país é vasto e diversificado e cobre uma rede alargada de paisagens terrestres/marinhas, as quais necessitam ser abordados através da mudança do princípio temático focal para um princípio vasto e holístico. Para ser eficiente, esta fase proveu alguns workshops temáticos de enfoque participativo, para a priorização de focalização temática nas iniciativas estratégicas da OP6.

Na segunda fase, foi discutido e aprovado um roteiro para uma abordagem abrangente das paisagens terrestres/marinhas. Os participantes do workshop discutiram e deram a focalização temática ao país, e sugeriram como as linhas de base devem ser executadas.

Seguindo a recomendação anterior (da segunda fase), metodologias de princípio participativo foram usadas na facilitação dos encontros para transpor as lições das estratégias de Programas anteriores e as prioridades a apoiar na OP6. Este processo foi generalizado para a identificação de problemas na implementação das estratégias anteriores e conceptualização de novas ideias para o melhoramento da eficácia da nova estratégia. Como resultado, um princípio conceitual de paisagens terrestres e marinhas foi desenvolvido e vinculado à temática proposta e a um área específica. Cada workshop de uma área específica produziu um conjunto de potenciais projectos igualmente específicos.

O princípio conceitual de paisagens terrestres/marinhas permitiu o esboço da OP6 da Estratégia de

Programa Nacional, o qual alinha 7 principais focos temáticos, conforme descrito abaixo.

Assim, a OP6 da Estratégia de Programa Nacional foi submetida a uma consulta durante o workshop nacional onde participaram os intervenientes (Ministérios, Academia, NSC, doadores, ONGs, Sociedade Civil, entre outros). O desenvolvimento e finalização desta estratégia foram feitos com comunicação regular e trabalho conjunto com a equipa do GEF SGP e do NCS.

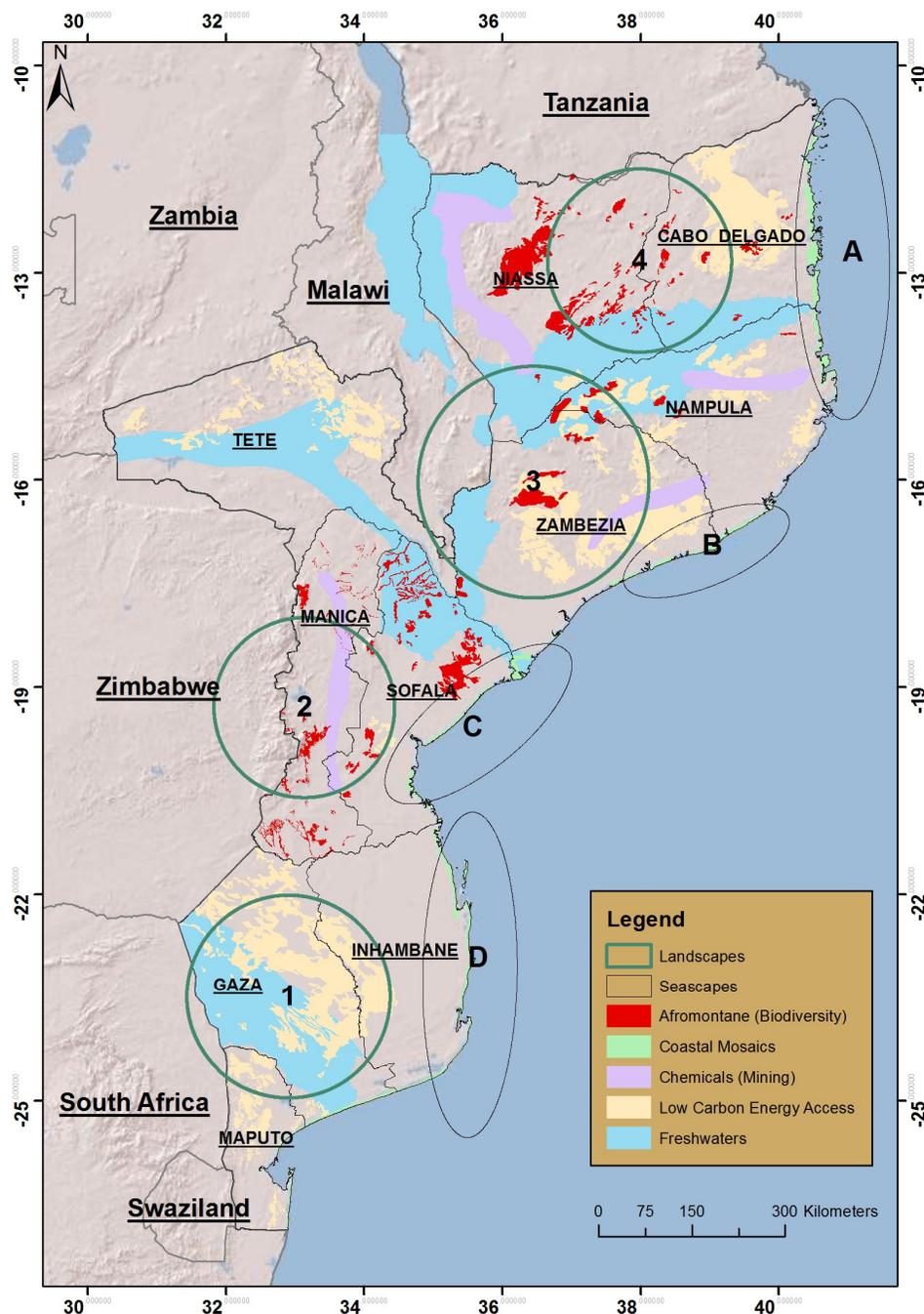


Fig. 2: Mapa de Paisagens terrestres/marinhas seleccionadas

As áreas-alvo seleccionadas são as paisagens terrestres 1, 2, 3 e 4 e paisagens marinhas A, B, C e D. Tipicamente, as paisagens terrestres seleccionadas são irrigadas por várias fontes de água doce, e cobertas por unidades de vegetação pobre e árida (paisagem terrestre 1); florestas de montanha ricas em espécies endémicas, mas com muita actividade de mineração (paisagem terrestre 2); florestas de montanha, muitas fontes de água doce e algumas unidades de vegetação pobre (paisagem terrestre 3 e 4). O desmatamento, agricultura extensiva e queimadas são responsáveis pelo aumento de risco de extinção de algumas espécies. Recentemente, algumas espécies endémicas foram descobertas nas montanhas de Mabu e Chiperoni (paisagem terrestre 3), e os desafios para a gestão socioecológica dos ecossistemas são prioritários. Quase todas as paisagens marinhas seleccionadas representam ecossistemas marinhos e costeiros altamente produtivos e grandes detentores de biodiversidade; eles ainda possuem uma cobertura significativa de mangal e actividades pesqueiras desenvolvidas (pesca artesanal, industrial e semi-industrial). A área costeira de Moçambique é densamente populosa e representa um desafio para a conservação da biodiversidade. Com a excepção da Paisagem marinha C, todas as demais possuem áreas de conservação.

Mais de 80% das populações que vivem nas paisagens 1, 2, 3 e 4 praticam a agricultura e os seus rendimentos são dependentes desta actividade, da criação de gado, bem como das actividades agrícolas remuneradas. Por outro lado, nas paisagens Marinhas A, B, C e D vivem comunidades de pescadores. Tais comunidades são igualmente dependentes da pesca. Uma vez que as zonas rurais de Moçambique possuem infra-estruturas subdesenvolvidas, os pastos e as pradarias não são usadas de forma sustentável. As terras próximas dos aglomerados populacionais são excessivamente usadas e degradadas, enquanto que os pastos longínquos permanecem subutilizadas e muitas vezes são abandonados. Moçambique é um país propenso às mudanças climáticas e tem ciclicamente sido afectado por cheias (paisagem terrestre 1 e 3) ou seca (paisagem terrestre 1).

Nas comunidades rurais da área-alvo, o uso e gestão impróprios de químicos domésticos e agrícolas criam enormes problemas que levam a contaminação de águas superficiais e lençóis freáticos (maioritariamente paisagem terrestre 2, 3 e 4), perda de biodiversidade, degradação dos solos (paisagem terrestre 1), acumulação de resíduos na cadeia alimentar e, finalmente, sérios problemas de saúde (principalmente em todas as Paisagens Marinhas). Actualmente, não existem, na prática, aterros sanitários dentro dos padrões internacionais, e os que existem são praticamente locais de aterro de lixo ou lixeiras, onde podem ocorrer queimadas a céu aberto e a baixas temperaturas, com implicações sobejamente conhecidas (em ambas paisagens). Ademais, não existem condições de descarte para o lixo industrial perigoso.

A seguir são apresentadas nas Tabelas 5-10, as descrições das paisagens terrestres (1, 2, 3, 4) e marinhas (A, B, C, D) referidas na Fig. 2. Para cada uma das paisagens, foram identificadas as questões ambientais principais; os parceiros estratégicos que operam nesta paisagem; os projectos implementados por cada parceiro estratégico na paisagem e a lista de projectos potenciais que podem ser objecto de consideração para financiamento no âmbito do programa de pequenas subvenções.

Os projectos sugeridos para cada sítio 1, 2, 3, 4 bem como A, B, C e D obedecem às linhas centrais desta fase, sobretudo no incentivo de boas práticas recomendadas no âmbito do balanço de Carbono. Estas boas práticas estão resumidas na caixa a seguir.

Caixa 1: Projectos que evitam as emissões de carbono que possam merecer elegibilidade no programa de pequenas subvenções.

- Eficiência energética através da redução do consumo de energia. As compensações de Carbono baseadas na eficiência energética dependem de eficiências técnicas para reduzir o consumo de energia e, por conseguinte, reduzir as emissões de CO₂.
- Energia renovável proveniente da produção de energia deslocada. Os projectos de evasão de emissões que deslocam a produção de energia de alta intensidade de carbono para energias de emissão baixa ou zero requerem uma maior alteração na infra-estrutura e maiores investimentos de capital.
- Redução de emissões de combustíveis por uma produção de energia mais limpa. Uma opção para redução de emissões é a melhor disposição de metano de resíduos. Quando a captura de metano para geração de energia torna-se negócio como de costume isso não funcionará mais como um deslocamento de carbono.
- O reflorestamento e o desmatamento evitados são as opções terrestres mais eficientes e rentáveis para reduzir as emissões de carbono.

4.2.1 Tabela 5. Abordagem abrangente da paisagem terrestre de Gaza e Inhambane com os seus principais focos temáticos e os principais parceiros estratégicos que operam na área e os respectivos projectos que já estão a ser implementados bem como a lista de potenciais projectos para cada área específica

Paisagem	Questões principais	Parceiros estratégicos	Projectos	Projectos Potenciais
1. Paisagem terrestre de Gaza/Inhambane	Ciclos de Inundações e Secas	FAO	Fórum Consultivo de Terras para melhorar a gestão sustentável de terras e outros recursos naturais.	Gestão da Água (incluindo águas transfronteiriças)
	Desenvolvimento do Turismo		Educação jurídica e apoio às mulheres para assegurar e exercer os direitos à terra e aos recursos no contexto da pandemia do HIV/SIDA	Estratégias de adaptação ao clima
	Caça furtiva		Direito à Alimentação Adequada a Nível do País	Resiliência às mudanças e incertezas
	Desflorestamento		Redução de riscos à pesticidas altamente perigosos	Modos de vida
	Produção de Carvão		Prevenção e eliminação de pesticidas obsoletos e resíduos associados em Moçambique	Fortalecimento de aplicação da Legislação
	Perda de biodiversidade		Formação, treinamento e advocacia	Agricultura de conservação
	Corte & queima de vegetação		Assistência de emergência às famílias afectadas pelas inundações na província de Gaza	Sequestro de carbono
	Agricultura & Emissões de carbono		Governança em matéria de segurança alimentar e nutricional	Reabilitação / Restauração de ecossistemas
			Disponibilidade, acesso e consumo de alimentos	
	Degradação da Terra (incluindo salinização)	WWF	Ambiente, recursos naturais, alterações climáticas e redução de riscos a catástrofes	Gestão de produtos químicos perigosos
	BioFund	Conservação das florestas da África Central e Austral	Acesso a energias	

<p>Agro-negócio</p> <p>Utilização e eliminação de produtos agro-químicos (incluindo os destinados à produção pecuária)</p> <p>Pobreza & Exclusão Social (mulheres, jovens, portadores de deficiência, albinismo, HIV / SIDA)</p> <p>Conflito Fauna-humanos</p> <p>Conflitos do desenvolvimento (Ex. Conflitos de terra)</p> <p>Planeamento territorial</p> <p>Áreas Protegidas vs Assentamentos Humanos</p>	IUCN	Construindo o Futuro da Biodiversidade	limpas
	USAID	Próxima Geração de Agricultura	Inclusão Social /Facilidades económicas
		Projecto de Carbono em Moçambique	Plataformas de diálogo
		Novas relações entre agricultura e natureza, mudança do modelo de agricultura e integração em cadeias globais de produção.	Estratégias de Comunicação
	IUCN	Construindo o Futuro da Biodiversidade	Sensibilização da comunidade e do público
	União Europeia	Segurança alimentar	Assessoria e assistência
	OXFAM	Balanço de género	Monitoria e Advocacia
		Meios de subsistência sustentáveis	Educação e Formação de jovens empresários
	Visão Mundial	Segurança alimentar	Partilha do conhecimento
		Inclusão social	Conservação de espécies ameaçadas de extinção
Save the Children	Inclusão social	Abordagens de Governança para Áreas Protegidas	
PMA	Segurança alimentar	Inovação	
		Educação ambiental	

4.2.2 Tabela 6. Abordagem abrangente da paisagem terrestre de Manica e Sofala com os seus principais focos temáticos e os principais parceiros estratégicos que operam na área e os respectivos projectos que já estão a ser implementados bem como a lista de potenciais projectos para cada área específica

Paisagem	Questões principais	Parceiros estratégicos	Projectos	Projectos Potenciais	
2. Paisagem terrestre Manica & Sofala	Capital com alto risco de inundações	FAO	Fórum Consultivo de Terras para melhorar de forma sustentável a gestão de terras e outros recursos naturais no país	Desenvolvimento sustentável	
	Baixo Saneamento		Capacidade de prevenção da introdução da peste de pequenos ruminantes (PPR) no Malawi, em Moçambique e na Zâmbia	Resiliência às inundações	
	Mineração		Educação jurídica e apoio às mulheres para assegurar e exercer os direitos à terra e aos recursos no contexto da pandemia do HIV / SIDA	Conservação de Hotspots	
	Contaminação da superfície e da água subterrânea		Direito a Alimentação a Nível de País	Preservar os ecossistemas e espécies ameaçadas	
	Exploração madeireira (incluindo maguezais)		Redução dos Riscos de Pesticidas Altamente Perigosos	Acesso à energia	
	Acesso à energia		Prevenção e eliminação de pesticidas obsoletos e resíduos associados em Moçambique	Gestão de produtos químicos e resíduos orgânicos	
	Pobreza & Exclusão Social / Estigma vs. Ambiente			Governança em matéria de segurança alimentar e nutricional	Melhorar o saneamento
				Disponibilidade, acesso e consumo de alimentos	Gestão de produtos químicos perigosos
				Ambiente, recursos naturais, alterações climáticas e redução dos riscos de catástrofes	Sensibilização da comunidade e do público
			FAO e DNEA	Governança em matéria de segurança alimentar e nutricional	Inclusão Social
		WWF	O Programa Florestal - Comércio Responsável e Gestão	Assessoria e assistência	

	(mulheres, jovens, portadores de deficiência, albinismo, HIV / Aids)		Sustentável das Florestas	Educação e Formação
		BioFund	Construindo o Futuro da Biodiversidade	Formação de jovens empresários
			Conservação das florestas da África Central e Austral	
		IUCN	Biodiversidade	Plano de gestão do conhecimento
		USAID	Projecto de Carbono de Moçambique	Estratégia de Comunicação
Estabelecer novas relações entre agricultura e natureza, mudar o modelo de agricultura e integrá-lo em cadeias globais de produção.	Plataformas de diálogo Acesso à energia Abordagens de Governança para Áreas Protegidas Ordenamento territorial			

4.2.3 Tabela 7. Abordagem abrangente da paisagem terrestre de Zambézia com os seus principais focos temáticos e os principais parceiros estratégicos que operam na área e os respectivos projectos que já estão a ser implementados bem como a lista de potenciais projectos para cada área específica

Paisagem	Questões principais	Parceiros estratégicos	Projectos	Projectos Potenciais
3. Paisagem terrestre de Zambezia	Inundações	FAO	Fórum Consultivo de Terras para melhorar de forma sustentável a gestão de terras e outros recursos naturais no país	Conservação de Hotspots Desenvolvimento sustentável
	Exploração		Educação jurídica e apoio às mulheres para assegurar e exercer os direitos à terra e aos recursos no contexto da pandemia do	

	madeira		HIV / SIDA	Agricultura de Conservação
	Corte & queima de vegetação		Direito à Alimentação a Nível de País	Conservar as espécies ameaçadas de extinção
			Redução dos Riscos de Pesticidas Altamente Perigosos	
	Agricultura & emissões de carbono		Prevenção e eliminação de pesticidas obsoletos e resíduos associados em Moçambique	Preservar as espécies ameaçadas
			Governança em matéria de segurança alimentar e nutricional	
	Agro-negócio		Disponibilidade, acesso e consumo de alimentos	Produtos Químicos e Resíduos Orgânicos
			Ambiente, recursos naturais, alterações climáticas e redução dos riscos de catástrofes	
	Caça furtiva	WWF	Conservação das florestas da África Central e Austral	Gestão de produtos químicos perigosos
			Moçambique- Programa de água doce	
	Queimadas		Arquipélago das Ilhas Primeiras e Segundas	
		BioFund	Construindo o Futuro da Biodiversidade	Sensibilização da comunidade e do público
	Conflito Homem-Animal	IUCN	Biodiversidade	
		USAID	Projecto de Carbono de Moçambique	Plataformas de diálogo
	Contaminação da superfície e da água subterrânea	EU	Fortalecimento da sustentabilidade financeira e biodiversidade da Reserva Nacional Gilé – Moçambique	Inclusão Social
EU		Acções de Biodiversidade para a Delegação da UE – Moçambique	Assessoria e assistência	
Pobreza & Exclusão Social / Estigma vs.	Etc Terra	Estratégia REDD +	Educação	
	Agrisud International	Agroecologia, desenvolvimento comunitário, mercado e cadeias de valor	Treinamento	

Ambiente (mulheres, jovens, portadores de deficiência, albinismo, HIV / SIDA	COSV	Agricultura de conservação, atenuação do conflito entre humanos e animais selvagens, promoção da produção de bovinos (cabras) para reduzir a caça	Formação de jovens empresários Plano de gestão do conhecimento Estratégia de Comunicação Acesso à energia Abordagens de Governança para Áreas Protegidas
		Fortalecimento da Sustentabilidade Financeira e Proteção da Biodiversidade no RN Gile	
	ADRA	Acesso à água, higiene e saneamento e agricultura de conservação	
	RADEZA	Uso sustentável de recursos	
	World Bank	Áreas de Conservação Transfronteiras	
	European Union COSV NGO	Sustentabilidade financeira e protecção da biodiversidade no RN Gile	
	World Bank	Mozbio	
	IUCN	Programa de paisagem em Nampula e Zambézia	
	IUCN	Implementação do programa Sustentabilidade no corredor de desenvolvimento do Zambeze	
Italian Agency for International Cooperation, Museum of Natural History	Melhoria das colecções existentes e criação de um laboratório de biotecnologia		

		Italian Agency for International Cooperation, UEM, BIOFUND	Desenvolvimento de bases de dados para informação sobre biodiversidade	
		Italian Agency for International Cooperation, UEM,	Desenvolvimento de ferramentas de gestão	
		Italian Agency for International Cooperation, COSV	Implementação de atividades de desenvolvimento comunitário na zona tampão do Gile NR	
		KfWdevelopment bank, BIOFUND	Gestão das áreas de conservação, incluindo a revisão ou elaboração de planos de gestão e a afectação de fundos para cobrir os custos operacionais	
		WCS	COMBO	
		UNDP	PROFIN -projecto sobre financiamento sustentável do sistema de áreas protegidas em Moçambique	
		French Development Agency (AFD), BIOFUND	Sustentabilidade através do financiamento dos custos operacionais das áreas de conservação	

		Mozambican Forest Investment Program(MOZ-FIP)	Implementação da Estratégia Nacional REDD + do país	
		UNDP, PROFIN	Melhoria da capacidade de financiamento das AC	

4.2.4 Tabela 8. Abordagem abrangente da paisagem terrestre de Niassa e Cabo Delgado com os seus principais focos temáticos e os principais parceiros estratégicos que operam na área e os respectivos projectos que já estão a ser implementados bem como a lista de potenciais projectos para cada área específica.

Paisagem	Questões principais	Parceiros	Projectos	Projectos Potenciais
4. Paisagem terrestre de Niassa & Cabo delgado	Mineração Poluição de ecossistemas aquáticos Desenvolvimento Rural Rápido Pobreza e Exclusão Social (mulheres, jovens, portadores)	FAO	Agricultura e natureza: mudando o modelo de agricultura e integrá-la em cadeias globais de produção.	Produtos químicosperigosos Sensibilização da comunidade e do público Plataformas de diálogo Inclusão social Assessoria e assistência
			Fórum Consultivo de Terras para melhorar de forma sustentável a gestão de terras e outros recursos naturais no país	
			Prevenção à introdução da peste de pequenos ruminantes (PPR) no Malawi, Moçambique e Zâmbia	
			Educação jurídica e apoio às mulheres para assegurar e exercer os direitos à terra e aos recursos no contexto da pandemia do HIV /	

<p>de deficiência, albinismo, HIV / SIDA)</p> <p>Contaminação da água superficial e da água subterrânea</p> <p>Turismo & Ecossistemas e espécies ameaçadas</p> <p>Ecossistemas aquáticos</p> <p>Acesso à energia</p> <p>Mudanças climáticas</p> <p>Florestas</p>		SIDA	Educação
		Direito à Alimentação a Nível de País	Treinamento
		Reduzindo os Riscos de Pesticidas Altamente Perigosos	Estratégia de Comunicação
		Prevenção e eliminação de pesticidas obsoletos e resíduos associados em Moçambique	Acesso à energia
		Governança em matéria de segurança alimentar e nutricional	Abordagens de governança
		Disponibilidade, acesso e consumo de alimentos	Ecossistemas aquáticos
		Ambiente, recursos naturais, alterações climáticas e redução dos riscos de catástrofes	Recursos aquáticos
		Paisagem do Rovuma e conservação da biodiversidade	Conservação da biodiversidade
		Conservação, caça furtiva e turismo	Resiliência às mudanças climáticas
		Moçambique- Programa de água doce	
		BioFund	Construindo o Futuro da Biodiversidade
			Conservação das florestas da África Central e Austral
		IUCN	Biodiversidade
		USAID	Projecto de Carbono de Moçambique
			Protecção da biodiversidade marinha através de áreas marinhas financiadas de forma sustentável e geridas pela comunidade no litoral de Moçambique
	ITC	Terras comunitárias	
	MASC	Fortalecimento das organizações comunitárias de base	
	BioFund	Construindo o Futuro da Biodiversidade	
	IUCN	Biodiversidade	

		USAID	Adaptação às Alterações Climáticas nas Cidades Costeiras de Moçambique	
			Projecto de Carbono de Moçambique	
			Protecção da biodiversidade marinha através de zonas marinhas financiadas de forma sustentável e geridas pela comunidade no litoral de Moçambique	
			Estabelecimento de novas relações entre agricultura e natureza, mudando o modelo de agricultura e integrando-o em cadeias globais de produção	

4.2.5 Tabela 9.. Abordagem abrangente da paisagem marinha de Cabo Delgado com os seus principais focos temáticos e os principais parceiros estratégicos que operam na área e os respectivos projectos que já estão a ser implementados bem como a lista de potenciais projectos para cada área específica.

Paisagem	Questões principais	Parceiros	Projectos	Projectos Potenciais
A. PAISAGEM MARINHA DE CABO DELGADO	Poluição de águas do mar e riscos para a biodiversidade marinha	Banco Mundial e UNDP	O Projecto de Pescas do Sudoeste do Oceano Índico	Gestão de produtos químicos perigosos Sensibilização da comunidade e do público Plataformas de diálogo Inclusão Social Assessoria e assistência
		FAO	Direito à Alimentação a Nível de País	
	Produtos Químicos		Governança em matéria de segurança alimentar e nutricional	
	Gestão de Resíduos	Disponibilidade, acesso e consumo de alimentos		
		WWF	O programa Marinho	

	Desenvolvimento do Turismo e Ameaças à Biodiversidade	BioFund	Construindo o Futuro da Biodiversidade	Educação
		IUCN	Biodiversidade	Treinamento
		USAID	Adaptação às Alterações Climáticas nas Cidades Costeiras de Moçambique	Formação de jovens empresários
	Pesca			Plano de gestão do conhecimento
	Conflitos na exploração de recursos pesqueiros			Estratégia de Comunicação
	Pobreza e Exclusão Social (mulheres, jovens, portadores de deficiência, albinismo, HIV / SIDA)			Acesso à energia
	Mangais			Abordagens de Governança para Áreas Protegidas
	Saneamento do meio			Conservação da biodiversidade
				Mangais
				Recursos Pesqueiros
				Saneamento do meio
				Erosão
				Reabilitação de habitats

4.2.6 Tabela 10. Abordagem abrangente da paisagem marinha de Zambézia com os seus principais focos temáticos e os principais parceiros estratégicos que operam na área e os respectivos projectos que já estão a ser implementados bem como a lista de potenciais projectos para cada área específica.

Paisagem	Questões principais	Parceiros estratégicos	Projectos	Projectos Potenciais
B. Paisagem Marinha de Zambezia	Degradação de manguezais	World Bank and UNDP	O Projecto de Pescas do Sudoeste do Oceano Índico	Gerenciamento de Resíduos
	Biodiversidade perdida	FAO	Direito à Alimentação a Nível do País	Sensibilização da comunidade e do público
			Governança em matéria de segurança alimentar e nutricional	
			Disponibilidade, acesso e consumo de alimentos	
	Alterações climáticas e ameaças à biodiversidade marinha	BioFund	Construindo o Futuro da Biodiversidade	Plataformas de diálogo
			Adaptação às Alterações Climáticas nas Cidades Costeiras de Moçambique	Inclusão Social
	Pescas e ameaças à biodiversidade marinha	IUCN	Biodiversidade	Assessoria e assistência
USAID		Acções de Biodiversidade para a Delegação da UE – Moçambique	Educação	
			Treinamento	
			Formação de jovens empresários	
			Plano de gestão do conhecimento	
			Estratégia de Comunicação	
			Acesso à energia	

4.2.7 Tabela 11. Abordagem abrangente da paisagem marinha de Sofala com os seus principais focos temáticos e os principais parceiros estratégicos que operam na área e os respectivos projectos que já estão a ser implementados bem como a lista de potenciais projectos para cada área específica.

Paisagem	Questões principais	Parceiros estratégicos	Projectos	Projectos Potenciais
C. Paisagem marinha de Sofala	Degradação de manguezais	World Bank and UNDP	O Projecto de Pescas do Sudoeste do Oceano Índico	Gestão de produtos químicos perigosos
	A degradação costeira e os riscos das inundações	FAO	Protecção e melhoria das famílias- Segurança Alimentar e Nutrição nas Áreas Afectadas pelo HIV / SIDA nas Províncias de Manica e Sofala (fase de saída)	Sensibilização da comunidade e do público
			Direito à Alimentação a Nível de País	Plataformas de diálogo
			Governança em matéria de segurança alimentar e nutricional	Inclusão social
	Gerenciamento de produtos químicos e resíduos	FAO e Ministério da Agricultura	Disponibilidade, acesso e consumo de alimentos	Assessoria e assistência
	Acumulação de produtos químicos ao longo das cadeias alimentares e problemas de saúde		Aplicação da legislação florestal, governação e apoio ao comércio para os países de África, das Caraíbas e do Pacífico	Educação
			BioFund	Construindo o Futuro da Biodiversidade
	Turismo e Ameaças à	IUCN	Biodiversidade	Formação de jovens empresários
Plano de gestão do conhecimento				
			Estratégia de comunicação	

	biodiversidade marinha Alterações climáticas e ameaças à biodiversidade marinha Pescas e ameaças à biodiversidade marinha			Acesso à energia Sanidade Ordenamento territorial
--	--	--	--	---

4.2.8 Tabela 12. Abordagem abrangente da paisagem marinha de Maputo/Gaza/Inhambane com os seus principais focos temáticos e os principais parceiros estratégicos que operam na área e os respectivos projectos que já estão a ser implementados bem como a lista de potenciais projectos para cada área específica.

Paisagem	Questões principais	Parceiros estratégicos	Projectos	Projectos Potenciais
D. Paisagem marinha Maputo/Gaza/ Inhambane	Degradação de mangais	FAO	Desenvolvimento da pesca nas Províncias de Gaza e Inhambane	Conservação de hotspots de biodiversidade
	Degradação costeira e riscos a inundações		Direito à alimentação	Desenvolvimento sustentável
			Governança em matéria de segurança alimentar e nutricional	Conservação das espécies ameaçadas de extinção
			Disponibilidade, acesso e consumo de alimentos	Acesso à energias limpas
	Gestão de produtos	BioFund	Construindo o Futuro da Biodiversidade	Gestão de produtos químicos

	químicos e resíduos	WWF	Biodiversidade Marinha	perigosos (inorgânicos e orgânicos)
	Produtos químicos e problemas de saúde	IUCN	Biodiversidade	Sensibilização da comunidade e do público
	Turismo e ameaças à biodiversidade marinha			Plataformas de diálogo
	Alterações climáticas e ameaças à biodiversidade marinha			Inclusão Social
	Pescas e ameaças à biodiversidade marinha			Assessoria e assistência
	Pobreza & Exclusão Social (mulheres, jovens, portadores de deficiência, albinismo, HIV / SIDA)			Educação Ambiental
				Treinamento
				Formação de jovens empresários
				Plano de gestão do conhecimento
				Estratégia de Comunicação
				Reabilitação de ecossistemas
				Educação ambiental
				Exploração sustentável de recursos
				Exploração mineira (exemplo areias pesadas) e de outros recursos (exemplo o gás)



A lógica para a selecção das paisagens – alvo para o SGP em Moçambique está detalhada no Relatório de avaliação Participativa das Linhas de Base.

4.3. Estratégias Transversais para a concessão de financiamento da OP6

Durante a preparação da estratégia da OP6 do CPS, foram definidos projectos transversais para o financiamento a nível nacional fora das paisagens terrestres 1, 2, 3 e 4 seleccionadas, bem como das paisagens marinhas A, B, C e D. Como critério, os participantes concordaram em alocar estrategicamente 30% dos fundos da OP6 para as iniciativas transversais. Assim, baseados nessas discussões, foram identificadas as seguintes directrizes de programação para apoiar a concessão de financiamento transversal na OP6:

- Promoção de soluções tecnológicas inovativas e princípios de gestão em alinhamento com os conceitos de economia sustentável;
- Generalização de questões de género através do programa de SGP e a incorporação no ciclo de programas do SGP;
- Promoção da tecnologia moderna e projectos de competição de negócios inovativos;
- Estimulação dos provedores de serviços (públicos e privados) a adaptarem os seus serviços a grupos sociais inclusivos;
- Potencialização da redução da perda de biodiversidade através de programas de agro-pecuária social;
- Seminários de consciencialização nas comunidades e autoridades locais sobre “Rotas sem Barreiras”;
- Capacitação das ONGs para a sua melhor participação na análise e formulação de políticas ambientais, bem como no desenvolvimento de documentos estratégicos e legislativos relevantes para a governação ambiental e desenvolvimento sustentável;
- Apoio à educação e consciencialização ecológica em questões globais do meio ambiente.

Os critérios que se seguem serão aplicados durante a selecção dos projectos para a 6a Fase do SGP, sob as seguintes directrizes:

- O projecto deve ser consistente com as iniciativas estratégicas da OP6 do SGP e os princípios e estratégias ambientais de desenvolvimento nacional;
- O projecto deve promover o crescimento do bem-estar populacional na comunidade;
- O projecto deve ser consistente com o conceito de princípio de ecossistema;
- O projecto deve garantir a inclusão social, particularmente para mulheres e jovens.

4.4. Estratégias + para a Concessão de financiamento

Fora a concessão regular de financiamento, os serviços de apoio aos financiamentos não subvencivos serão igualmente disponibilizados pelo SGP durante a 6a Fase Operacional, tais como capacitação institucional, partilha de conhecimento e advocacia de políticas. O novo mecanismo “Grantmaker+” de apoio será introduzido com base na experiência, conhecimentos e bens acumulados do SGP durante os anos e valorizados acima da concessão de financiamento. Portanto, o SGP Moçambique irá assumir o papel de um “Grantmaker+” para organizar serviços de apoio adicional e valor acrescentado através dos seguintes princípios:

- i) Apoio às comunidades, ONGs locais e outros intervenientes no desenvolvimento de propostas relevantes para o acesso a fontes de rendimento fora do GEF;
- ii) Criação de um canal de comunicação de “*Pesquisas de Base*” a ser usado pelo Governo, GEF, outros doadores e empresas responsáveis; e
- iii) Apoio ao estabelecimento de uma “*Plataforma de Diálogo e Planificação de Políticas Governo – CSO*”.

As estratégias da doação da OP6 e as suas actividades relacionadas podem estar dentro da zona da paisagem terrestre seleccionada, zona de paisagem marinha ou promover a criação de parcerias, redes e desenvolvimento de políticas dentro das áreas-alvo.

4.4.1. Capacitação dos intervenientes

Cada projecto de financiamento irá incluir a componente de capacitação. Assim, a equipa nacional do SGP irá implementar uma série de actividades de criação de habilidades específicas para abordar a falta de competências entre os proponentes do programa. Em particular, através dos encontros dos intervenientes, eventos de partilha de conhecimento, propostas de desenvolvimento de workshops e consultas individuais, a equipa do SGP, junto com os membros do NSC e especialistas convidados, irá apoiar os CSOs (em particular as ONGs locais e os CBOs) na idealização, elaboração e desenvolvimento de projectos. Acredita-se que o engajamento imediato dos intervenientes na programação do SGP através das capacitações interactivas, irá melhorar o seu entendimento das directrizes estratégicas da OP6 do SGP, as quais lidam efectivamente com os aspectos socioeconómicos ligados ao meio ambiente abordados pelo GEF. Mais a diante, irá criar uma forte propriedade local, fortalecendo, desta forma, os resultados e a sustentabilidade do projecto, acima do financiamento do SGP.

4.4.2. Plataforma de Diálogo Governo – CSO

O programa nacional SGP irá apoiar o estabelecimento de plataformas de diálogo CSO-Governo, com o objectivo de promover o papel das CSOs, aceitação de boas práticas, influenciamento de políticas e o melhoramento das comunicações. Mais adiante, o SGP Moçambique irá ajudar os CSOs a melhorar a sua capacidade de engajamento na análise de políticas nacionais e processos de diálogo relacionados à políticas do meio ambiente e desenvolvimento sustentável de maneira informada e qualificada. Usando a confiança e os acordos firmados com CSOs e o Governo, o SGP irá servir de “ponte” e facilitará discussões colaborativas de questões identificadas, onde os interesses das populações, famílias e comunidades serão devidamente representados. Acredita-se que a criação de plataformas funcionais de diálogo a nível nacional e sub-nacional trará as necessidades e ideias do CSO para o Governo, permitirá a partilha do conhecimento, boas práticas e lições aprendidas através dos projectos de CSO que o Governo pode escalonar e integrar na planificação e políticas nacionais.

4.4.3. Influência de políticas

O programa SGP está activo em Moçambique desde 2003. O privilégio da sua presença activa de longo prazo coloca o programa numa posição favorável para influenciar o processo de formulação de políticas nacionais. Assim, o SGP irá continuar a usar experiências e lições aprendidas dos seus projectos anteriores para influenciar mudanças em vários tipos de regulamentação, leis nacionais e contribuir para uma percepção a nível local, dos diálogos de consultas nacionais, relativos a processos ambientais

internacionais. A política de advocacia e meios de mudança podem incluir campanhas directas de advocacia, produção de conhecimento e política de influência pelas redes do CSO empoderadas pelo SGP. Mais a diante, o SGP irá se recuperar para fazer melhor uso da sua forte relação de parceria com actores-chave governamentais e não – governamentais e dirigentes políticos, bem como doadores influentes para garantir um forte apoio na generalização das boas práticas e princípios do SGP nas políticas nacionais.

4.4.4. Promoção da inclusão social

Como em qualquer lugar do mundo, o conceito de “igualdade de género” é largamente mal entendido, em Moçambique, especificamente nas zonas rurais. As mulheres são particularmente afectadas pelo fraco desenvolvimento económico, devido a vários factores. Em algumas famílias em Moçambique, as mulheres têm de liderar as famílias: uma tendência crescente, especialmente na zonas rurais. Como regra, as famílias lideradas por mulheres são prováveis de ser as mais carenciadas.

O Programa de Pequenos Financiamentos do GEF tem uma longa história de promoção da inclusão social, enquanto alcança os objectivos globais ambientais e de desenvolvimento. Na OP5, mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis formavam a maior categoria de beneficiários do SGP. Dado que o empoderamento da mulher e o engajamento da juventude são duas importantes iniciativas do SGP, o NSC irá designar, durante a iniciativa, um ponto focal para género e juventude, respectivamente, para localizar projectos focalizados na concessão de financiamento para mulheres e jovens.

Este esforço está em total alinhamento com os instrumentos do Governo relativos à igualdade de género. Assim, o CPS da OP6 irá operar através da inclusão de alvos específicos de género no documento e usando indicadores sensíveis de género, expansão de parcerias com organizações de mulheres e a provisão de formações para os funcionários nacionais do SGP, membros e donatários do NSC.

Na OP6, o programa nacional irá promover e fortalecer o envolvimento de crianças e jovens na elaboração e implementação de iniciativas financiadas pelo SGP bem como o seu papel de liderança na abordagem dos benefícios globais do meio ambiente. Reconhecendo o papel integrado da participação dos jovens em qualquer debate sobre o desenvolvimento de Moçambique, o SGO Moçambique irá trabalhar junto dos jovens em organizações de apoio aos jovens para garantir que a juventude seja informada, engajada e empoderada para contribuir para o desenvolvimento humano sustentável e resiliência das suas comunidades.

4.4.5. Plano de Gestão do Conhecimento

O conhecimento e aprendizagem são fundamentais para a capacitação das comunidades e o princípio de aprender fazendo do SGP será fundamental na geração de projectos bem sucedidos que irão fornecer bons modelos para os projectos comunitários. O SGP tirará proveito do seu nicho único e posição para captar, documentar e partilhar conhecimento que emerge das comunidades que este apoia de forma a promover um princípio de crescimento mútuo.

Em particular, os financiamentos para o desenvolvimento de capacidades podem ser usados para a gestão do conhecimento para captar as lições aprendidas e conhecimentos a nível dos portfolios em áreas onde existe uma massa crítica a ser analisada e que pode ajudar a fortalecer a capacidade das comunidades para a implementação dos projectos. Para a gestão do conhecimento a nível de projectos

individuais, os donatários devem incluir estes componentes no orçamento dos seus projectos e usá-los para este propósito.

Para a captação, partilha e disseminação das lições aprendidas e boas práticas, o portfolio nacional dos projectos do SGP com o envolvimento da sociedade civil, governo e outros intervenientes relevantes, irá esforça-se para promover:

- Produtos do conhecimento;
- Feiras de conhecimento;
- Intercâmbio entre pares;
- Sítios de demonstração; e
- Centros de conhecimento.

A nível local, o SGP irá continuar a facilitar formações e intercâmbios de conhecimento entre os profissionais de desenvolvimento, CBOs, ONGs e o governo. O NSC irá facilitar a ligação entre os profissionais locais e as políticas nacionais uma vez que estes podem iniciar e manter o processo de forma que o conhecimento local e as lições aprendidas a partir dos projectos do SGP possam fornecer contribuições às políticas e nacionais e sub-nacionais.

Para informar e influenciar políticas a nível local, regional e nacional o programa SGP irá usar o seu portfolio de conhecimentos para identificar e desenvolver processos de políticas – chave e redes relevantes para elevar os impactos do programa. O processo de advocacia permitirá a ligação entre dirigentes políticos que promovem a influência e serão considerados a voz das comunidades para expressar as suas necessidades.

A nível global, o SGP continuará a captar as lições aprendidas em todas as áreas focais e transversais e partilha-las a nível nacional, regional e mundial, usando uma variedade de mecanismos incluindo as redes de beneficiários do SGP e membros NSC, a base de dados do SGP relatórios e convenções, eventos e conferências internacionais, publicações e, multimédia e redes sociais.

Para réplica e escalonamento das boas práticas e lições aprendidas dos projectos do SGP, o programa nacional do SGP usará o conhecimento a nível dos projectos dentro da sua área geográfica de cobertura, promoverá mecanismos de colaboração com outros fundos e iniciativas similares para que eles possam replicar os princípios dos projectos de SGP. Para projectos especiais que têm impactos multidimensionais, o SGP irá escaloná-los como projectos estratégicos com maior financiamento, especialmente quando estes atingem comunidades adjacentes dos países vizinhos.

Este princípio irá apoiar o papel catalisador do SGP através da contribuição para a réplica e escalonamento das boas práticas. Além disso, as redes de beneficiários do SGP, as redes locais de OSC, bem como as redes de partilha do conhecimento temático específico ou as práticas comunitárias irão fornecer uma plataforma apropriada para capitalizar este conhecimento.

4.4.6. Estratégias de Comunicações

O Programa Nacional, através do NC, apoiado pelo NSC, irá desenvolver uma Estratégia Nacional de Comunicações (NCS). A NCS irá desenvolver uma lista anual de actividades a serem incorporadas no plano anual de trabalho. Estas actividades serão derivadas da Estratégia Mundial de Comunicações do GEF (SGP e o Documento do Projecto do SGP, ajustado para se adaptar às condições locais e adaptado para várias audiências.

As actividades de comunicações a serem incluídas nos planos anuais abarcarão, dentre outras, as seguintes:

- Artigos conjuntos nos jornais e outras mídias nacionais, tais como TV e Rádio;
- Preparação de panfletos ou brochuras informativas sobre o programa nacional;
- Preparação de “histórias” dos projectos de SGP;
- Visitas de campo a intervenientes – chave dos projectos principais;
- Documentação das lições aprendidas nos projectos, em forma de boas práticas;
- Discursos/apresentações em eventos de alto nível em apoio da mobilização de recursos;
- Compilação de materiais e ferramentas úteis para a advocacia a nível local e imediações, com especial enfoque em técnicas participativas;
- Dirigir workshops a intervenientes-chave no SGP; e
- Participação nas comemorações do dia internacional do meio ambiente e feiras nacionais do meio ambiente.

A implementação destas actividades será monitorada e avaliada de perto, para determinar a sua adequação e efectividade na contribuição para o sucesso do Programa Nacional.

5. Estrutura dos Resultados Esperados

A tabela 12 abaixo ilustra as componentes da OP6 do projecto global e os alvos globais (em número de países) conforme descrito na aprovação do documento do GEF CEO. Usando o princípio de estrutura lógica, ele apresenta um conjunto de resultados de nível nacional que abordam a análise situacional da OP6 da área focal, detalhada no Relatório da Avaliação das Linhas de Base. Em particular, a matriz de estrutura lógica ilustra o objectivo geral do SGP em Moçambique; resultados esperados detalhados nos projectos de financiamento; bem como as características das actividades planeadas sob o respectivo resultado específico. De facto, estes são os elementos – chave usados para a planificação, aprovação, avaliação e monitoria dos projectos SGP.

Tabela 13. Consistência das componentes da OP6 do programa mundial de SGP (Estrutura dos Resultados)

1 Componentes da OP6 do Projecto	2 Alvos do CPS	3 Actividades	4 Indicadores	5 Meios de verificação
---	---------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	---

<p><u>Componente 1 da OP6 do SGP:</u> <i>Conservação Comunitária das paisagens terrestres e marinhas:</i> 1.1 Os programas nacionais de SGP melhoram a conservação e o uso sustentável e a gestão dos ecossistemas terrestres e costeiros/marinhos importantes, através da implementação de princípios comunitários de paisagens terrestres/marinhas em aproximadamente 50 países.</p>	<p><i>Esboço das áreas focais das paisagens terrestres e marinhas propostas a nível nacional</i> <i>Número e tipologia⁸ das paisagens terrestres/marinhas: 1 a 3 áreas alvo por aproximadamente 70% dos recursos das concessões de financiamento da OP6</i> <i>Lista dos IW SAPs apoiados na gestão das bacias hidrográficas/lacustres e gestão costeira e oceânica (ex: nas áreas de gestão de habitats, pescado e poluição terrestre)</i></p>	<p>No. approx. e tipologia de projectos⁹</p>	<p><i>No. de hectares – alvo</i> <i>Indicadores da avaliação das linhas de base das Paisagens Terrestres/Marinhas (TBD)</i> <i>Vide anexo 1 ne 2</i></p>	<p>Relatórios individuais das equipas do projecto nacional SGP Varáveis comparativas da avaliação das linhas de base (uso de modelos conceptuais e dados dos parceiros como indicados) Relatório de Monitoria Anual (AMR) Revisão da Estratégia de Programa Nacional (subsidiios do NSC)</p>
---	--	---	--	--

⁸ Tipologia neste contexto significa o tipo de paisagem terrestre (montanha, vale, ribeirinha, etc) e paisagem marinha (pântanos/mangais, bacias hidrográficas, baías, algas marinhas e corais, etc). Poderia igualmente existir uma combinação de paisagem terrestre e marinha (isto é, dos ecossistemas das bacias hidrográficas aos mangais, algas marinhas e corais) que são actualmente preferidos uma vez que cobrem continuamente ecossistemas e comunidades relacionadas. Para outras iniciativas, tipologia significa a prática/tecnologia utilizada, tal como solar, vento, biogás, fornos limpos e eficientes, etc. para o acesso a energia e co-benefícios e agricultura orgânica, silvicultura, agro-florestamento, etc. para agro-ecologia inovativa de clima inteligente.

⁹ O número estimado de projectos da OP6 deveria distinguir entre os financiamentos centrais (que deve ser aplicável nas áreas focais do GEF) e os recursos não centrais do GEF STAR (que necessitam ser directamente ligados a área focal relevante) Em concordância com a decisão do Comité Director do GEF (Março de 2010), até 20% dos fundos não centrais do GEF mobilizados podem ser usados para áreas focais secundárias.

<p>1.1 Conservação Comunitária das paisagens terrestres</p>	<p>1.1.1. Princípio de conservação multi-focal de grande valor ligando aspectos ambientais, conservação da biodiversidade com o desenvolvimento sustentável e aspectos sociais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Preferencialmente nas Gile SES, Montes Mabu e Chiperoni • Igualmente na Serra da Gorongosa e imediações, conhecidas pela rica biodiversidade mas com pressão humana • Protecção da maioria das espécies ameaçadas no Monte Mabu, Monte Chiperoni, Serra Gorongosa e Monte Binga 	<p>Pelo menos 8 projectos</p> <p>3 em sistemas de socioecologia</p> <p>1 Em conservação da biodiversidade</p> <p>5 Em espécies ameaçadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 100.000 ha de áreas de protecção influenciadas • 800 participantes • 8000 Membros da comunidade (60%H+40%) • Plataforma de Diálogo estabelecida • 8 Paisagens terrestres com princípios de orientação comunitária estabelecidos, em apoio às áreas de protecção críticas, • 16 áreas e territórios de conservação de comunidades nativas 	<ul style="list-style-type: none"> • Documentos oficiais • Variáveis comparativas da avaliação das linhas de base • Relatórios individuais das equipas nacionais do SGP • Indicadores socioecológicos de resiliência para as Paisagens Terrestres de produção (SEPLs) • Relatório de Monitoria Anual (AMR) • Revisão da Estratégia de Programa Anual (subsídios do NSC)
---	--	--	---	---

1.2. Diversidade Biológica	<p>1.2.2 Promover princípios para a conservação e preservar as espécies em perigo e ameaçadas nos seus habitats</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Protecção da maioria das espécies ameaçadas no Monte Mabu, Monte Chiperoni, Serra Gorongosa e Monte Binga</i> • <i>Promoção e apoio das Reservas da Biosfera (Quirimbas NP, Mpundanhar e Nangade Miombo).</i> • <i>Conservação da biodiversidade e uso sustentável nos sectores através de iniciativas e acções comunitárias na Paisagem Marinha de Inhambane (Paisagem Marinha 4)</i> <p><i>Paisagem Terrestre 3</i> <i>Zambézia(Chiperoni e Mabu)</i></p>	Pelo menos 6 projectos	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Pelo menos 100 participantes nos projectos</i> • <i>As ONG de Reservas da Biosfera, sector privado e Organizações da sociedade Civil são parceiras na gestão</i> • <i>8 Paisagens Terrestres/Marinhas com princípios de orientação comunitária estabelecidos, em apoio às áreas de protecção críticas,</i> • <i>16 áreas e territórios de conservação de comunidades nativas</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>AMR, Relatórios Nacionais</i> • <i>AMR, base de dados mundial, relatórios nacionais</i> • <i>Revisão da Estratégia do Programa nacional (Subsídio NSC)</i> • <i>Documentos oficiais para a cooperação e gestão</i> • <i>Relatório Individual do projecto pelo SGP nacional</i>

	<i>Paisagem Marinha A (Palma Arquipélago das Quirimbas; Mpundanhar e Nangade florestas de miombo) Paisagem Terrestre 2 Manica e Sofala (complexo de Gorongosa , ecossistema de Chimanimani)</i>			
Componente 2 da OP6 do SGP: <i>Agro-ecologia inovativa inteligente em termos climáticos:</i> 2.1 Práticas agro-ecológicas que incorporam medidas de redução das emissões do CO ₂ e o fortalecimento da resiliências às mudanças climáticas ensaiadas e testadas nas zonas-tampão das áreas de protecção e corredores de floresta, e disseminadas largamente em 30 países prioritários	<i>Esboço das práticas agro-ecológicas , resiliência climática, incluindo a integração nas paisagens terrestres e marinhas prioritárias para a produção.</i>	No. approx. de projectos	<i>No. de hectares- Alvo</i> <i>Indicadores da avaliação das linhas de base das Paisagens Terrestres/Marinhas (TBD)</i> <i>Vide anexo 1 e 2</i>	Relatórios individuais das equipas do projecto nacional SGP Indicadores de resiliência sócio-ecológica para as paisagens terrestres de produção (SEPLs) Relatório de Monitoria Anual (AMR) Revisão da Estratégia de Programa Nacional (subsídios do NSC)
2.1.1. Conservação da Agro-biodiversidade	2.1.1 Envolvimento de membros da comunidade na agricultura de Conservação e retenção do carbono	Aprxp 6-10 projectos	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Rendimento dos agricultores elevado em 30%</i> • <i>800 membros da comunidade engajados(60%H+40%M)</i> • <i>20 Líderes agricultores envolvidos</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>M&E levado a cabo durante e 1 ano após o término do projecto</i> • <i>Relatório Individual do Projecto pelas equipas nacionais do SGP</i> • <i>Relatório de Monitoria Anual</i>

	<p>Agro-florestamento para diversificar a alimentação e fontes de rendimento, e melhorar a produtividade dos solos, Cobertura vegetal, culturas de cobertura e rotação de culturas</p> <p>2.1.2 Gestão/Restauração de Paisagens Terrestres/Marinhas para a retenção do carbono</p> <p>Restauração de solos degradados Melhoramento de pastos Melhoramento da gestão de pastagens Melhoramento da gestão das pastagens Gestão sustentável das florestas Florestação e reflorestação Replanteio de mangais e cultivo de algas marinhas para melhorar o recrutamento de espécies marinhas</p> <p>2.1.3 Armazenamento</p> <p>Sistemas eficientes de</p>		<p><i>em demonstrações de tipologias de práticas agro-ecológicas bem sucedidas, incorporando medidas de redução de emissões e aumentar a resiliência às mudanças climáticas. Melhoradas as práticas agro-ecológicas de clima inteligente em 16 das organizações de agricultores, grupos ou redes de disseminação</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • 100 ha de agricultura de conservação • 50 ha reflorestados 	<p>(AMR)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Revisão do Programa de Estratégia Nacional (subsídios do NSC)
--	---	--	--	--

	<p>armazenamento de águas Pluviais e tecnologias de irrigação</p> <p>Estratégias de conservação de águas a nível das fârmas</p> <p>Uso intersectorial eficiente de energia</p> <p>2.1.4 Criação de Resiliência às cheias e secas</p> <p>Reduzidas as perdas pós-colheita</p> <p>Adopção de espécies adequadas de sementes, plantas e animais e o fortalecimento dos sistemas de bancos de conservação de sementes</p> <p>Bancos de Conservação de espécies adaptados às condições locais</p> <p>Melhorar e expandir iniciativas de preservação e processamento de alimentos em pequena escala já existentes</p> <p>Rever a gestão tradicional/cultural do gado nos pastos e incentivar o uso de opções de gestão</p>			
--	---	--	--	--

	<p>apropriada do gado.</p> <p>2.1.5 Geração e partilha do conhecimento e dados</p> <p>Apoiar a recolha de dados e informação fiáveis sobre os impactos das mudanças climáticas, vulnerabilidade local e emissões de GHG a nível dos sistemas de produção e agro-ecossistemas.</p> <p>Capacitar os agricultores em matérias de recolha de dados climáticos a seu nível</p> <p>Incentivar a partilha e troca de experiência entre grupos de agricultores sobre a adaptação às mudanças climáticas e estratégias de para fazer face.</p> <p>Apoiar e divulgar foruns de discussão sobre mudanças climáticas e adaptação</p>			
--	---	--	--	--

	<p>2.1.6 Reduzir a exclusão do financiamento através do desenvolvimento de plataformas, mecanismos e políticas inovativas de apoio à agricultura, premiação de acções sinérgicas e abordagem de necessidades específicas dos pequenos agricultores</p> <p>Efectuar planificação interactiva através de princípios integrados, participativos e o engajamento massivo dos intervenientes.</p>			
<p>Componente 3 da OP6 do SGP: Co-benefícios do Acesso à Energia com Baixo Teor Carbónico: 3.1 Soluções de acesso comunitário à energia com baixo</p>	<p><i>Pelo menos uma tecnologia inovativa de soluções localmente adaptadas demonstrada e documentada</i></p> <p><i>Pelo menos (inserir o número-alvo do país) famílias com acesso à energia Co-benefícios tais como</i></p>	No. Approx.de projectos	<i>Número de tipologias orientadas para a comunidade, soluções de acesso a energia localmente adaptada com demonstrações bem sucedidas para o escalonamento e réplica</i> <i>Número de famílias com acesso à energia com soluções comunitárias</i>	<p>AMR, relatórios nacionais</p> <p>AMR, base de dados mundial, relatórios nacionais</p> <p>Estudos ¹²nacionais especiais</p>

¹² Aplicável apenas para orientar os países nesta iniciativa estratégica

<p>teor carbónico implantados com sucesso em 50 países com alinhamento e integração destes princípios em estruturas maiores tais como SE4ALL iniciadas em pelo menos 12 países</p>	<p><i>efeitos da resiliência dos ecossistemas, rendimentos, saúde e outros rigorosamente estimados¹⁰</i></p>		<p><i>adaptadas localmente, com co-benefícios estimados e valorizados¹¹</i></p>	<p>Revisão da Estratégia de Programa Nacional (subsídios do NSC)</p>
<p>3.1.1. Poupança de energia, fontes eficientes e renováveis</p> <p>Paisagem Terrestre 3 Zambézia Paisagem Terrestre 1 Limpopo</p>	<p>3.1.1.1 garantir o acesso acessível a diferentes formas de energia, através de modelos que valorizam aspectos ambientais e ecológicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Esforços para o desenvolvimento de capacidades que favoreçam a comunidade para o desenvolvimento e uso de tecnologias inovativas no Sistema Sócio Ecológico de Gilé</i> • <i>Desenvolvimento e adaptação de novas tecnologias para a geração e armazenamento de energia de baixo teor carbónico na Paisagem terrestre 1</i> • <i>Promover a adopção de</i> 	<p>Approx 4 projectos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Pelo menos com 1 comunidade com soluções de acesso à energia localmente adaptadas com demonstrações bem sucedidas para o escalonamento e réplica</i> • <i>Pelo menos 1 comunidade por Paisagem Terrestre 1/Marinha A com edifícios públicos a alcançar o acesso à energia com soluções de energias renováveis, com os co-benefícios estimados e valorizados</i> • <i>At least one community per each landscape/seascape adopted the low carbon energy use</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>AMR, Relatórios Nacionais</i> • <i>AMR, base de dados mundial, relatórios nacionais</i> • <i>Revisão da Estratégia do Programa nacional (Subsídio NSC)</i> • <i>Documentos oficiais para a cooperação e gestão Relatório Individual do projecto pelo SGP nacional</i>

¹⁰ Aplicável apenas para orientar os países nesta iniciativa estratégica

¹¹ Aplicável apenas para orientar os países nesta iniciativa estratégica

	<p><i>energias renováveis, ou promover opções ambientalmente sustentáveis de transporte, com enfoque no acesso à energia com baixo teor carbónico de qualidade (incluindo o uso da energia solar e biomassa, bioenergia, biogás, pequenas usinas hidroeléctricas, energia geotérmica, etc) na paisagem terrestre 1</i></p> <p><i>Fomento do uso sustentável de fontes energias renováveis na Paisagem marinha A</i></p>		<p>Pelo menos um projecto por cada sitio</p> <p>Pelo menos um projecto por cada sitio</p> <p>Transversal</p>	
	<p>3.1.1.2 Soluções inovativas e pequenos sistemas para a distribuição e poupança eficiente da energia</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Desenvolvimento de potenciais de inovação em oportunidades Ecológicas de baixo teor carbónico nas áreas de Magude, Goba e Changalane</i> • <i>Desenvolvimento de</i> 	<p>Apprx 2 projectos</p>		

	<p><i>oportunidades de baixo teor carbónico para as zonas industriais da Matola, Beira e Nampula</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Estimulação da redução do consume de energia pelos edifícios públicos locais, focalização nos meios mais eficientes de redução das emissões de GHG com bem-estar e outros benefícios.</i> 			
<p>Componente 4 da OP6 do SGP : <i>Gestão Local ou Mundial de coligações Químicas :</i></p> <p>4.1 Ferramentas e princípios comunitários inovativos demonstrados, abertos e transferidos, com o apoio de coligações recém-organizadas ou já existentes em pelo menos 20 países para a gestão de químicos e resíduos prejudiciais e com respeito ao ambiente.</p>	<p><i>Esboço de ferramentas e princípios inovativos para: Gestão de pesticidas, gestão de resíduos sólidos (plástico, lixo electrónico, lixo hospitalar e outros</i></p>	No. Aprox. de projectos	<i>No. de beneficiarios alvos (género, jovens, populaces nativas e deficiência desagregada)</i>	<p>Relatório Individual do projecto pelas equipas nacionais do SGP</p> <p>Parceria Estratégica com os parceiros nacionais do IPEN</p> <p>Rvisão do Relatório de Monitoria Anual (AMR)</p>
4.1 Gestão de resíduos químicos e orgânicos	4.1.1 Riscos de contaminação, níveis de produção e estratégias	App 4 projects		<ul style="list-style-type: none"> • <i>AMR, relatórios nacionais</i>

	<p>de gestão de químicos perigosos</p> <p>Manter e actualizar os inventários dos químicos perigosos e uma ficha de dados de segurança para cada um</p> <p>Avaliação dos impactos ambientais do mar e de biodiversidade dos produtos químicos perigosos na indústria, mineração e na exploração de petróleo.</p> <p>Desenvolver ou estabelecer sistemas e princípios comunitários para a redução, recolha, selecção e reciclagem dos potenciais poluentes dos solos, águas e do ar, com especial ênfase na eliminação do seu uso e a redução dos POPs.</p> <p>Gestão dos resíduos químicos e orgânicos e os sistemas para a preservação das áreas agrícolas.</p> <p>4.1.2 Fortalecimento comunitário e a consciencialização pública e o</p>		<p><i>Ficha funcional de dado</i></p> <p>4 Coligações e redes estabelecidas ou fortalecidas</p> <p><i>Pelo menos 2 sistemas estabelecidos</i></p> <p><i>Pelo menos um sistema de purificação e limpeza de águas residuais implementado</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Revisão do Programa da Estratégia Nacional (Subsídios do NSC)</i> • <i>Documentos oficiais para cooperação e gestão</i> • <i>Relatório individual pelo SGP Nacional</i>
--	--	--	--	--

	<p>desenvolvimento de capacidades</p> <p>Fornecer ás comunidades e ao publico informação relevante e capacitação sobre materiais perigosos no meio ambiente/local de trabalho</p> <p>Reforçada a produção de leis e políticas de produção e gestão de químicos e revistas as taxas</p> <p>Envolvimento das comunidades locais e intervenientes –chave na implementação de iniciativas para a construção de sistemas de redução de resíduos de POPs</p> <p>Capacidade institucional para a inspecção ambiental e mecanismos de tributação.</p>		<p><i>Approx 1 comunidade e 1000 acções de capacitação</i></p> <p><i>Pelo menos 8 iniciativas</i></p>	
<p><u>Componente 5 da OP6 do SGP:</u> <i>Política Governamental de CSO e Plataformas de Planificação de</i></p>	<p><i>Esboço do enfoque da “Política Governamental de CSO e Plataformas de Planificação de Diálogo” como parte da extensão</i></p>	<p>Prioridade de nível Global da OP6</p> <p>Prioridade</p>	<p><i>No. de alvos da “Política Governamental de CSO e Plataformas de Planificação de Diálogo”*</i></p> <p><i>iniciadas</i></p>	<p>Relatório individual do projecto pelas equipa nacionais do SGP</p> <p>Base de Dados Mundial do SGP</p>

<p><i>Diálogo(criadores das subvenções+):</i></p> <p>5.1 Apoio do SGP para o estabelecimento da “Política Governamental de CSO e Plataformas de Planificação de Diálogo”, alavancando as potenciais parcerias e as já existentes, em pelo menos 50 países</p>	<p><i>do papel dos criadores das subvenção +, da OP6</i></p>	<p>transversal para o CPS a nível nacional</p>	<p><i>* CPS para especificar enfoque temático e/ou geográfico para as plataformas</i></p> <p><i>Redes de CSO fortalecidas em um dos 25 países indicados</i></p>	<p>Relatório Anual de Monitoria (AMR)</p> <p>Revisão da estratégia de Programa Nacional</p>
<p>5.1 Plataformas de Planificação e Diálogo entre ONG - Governo</p> <p>Paisagem Marinha B e D</p>	<p>5.1.1 Plataformas de Planificação e Diálogo entre ONG - Governo</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Apoiar o processo de formalização da plataforma local ONG/CSO - Governo</i> • <i>Apoiar o diálogo interactivo de múltiplos intervenientes trazendo pessoas de organizações da sociedade civil, negócios, pesquisadores e dirigentes políticos</i> <p>5.1.2 Apresentação das ONGs e CSO</p>	<p>1 projecto transversal para o estabelecimento da plataforma nacional ONG-Governo</p> <p>1.1 Conservação de Paisagem terrestre comunitária</p> <p>Transversal</p>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Pelo menos 1 Plataforma oficial (local) estabelecida</i> • <i>Estabelecimento de 4 diálogos interactivos com múltiplos intervenientes</i> • <i>2 representantes por grupo de sociedade civil envolvido</i> <p>• <i>16 programas de formações e capacitação</i></p>	<p><i>Relatório individual do projecto pelas equipa nacionais do SGP</i></p> <p><i>Base de Dados Mundial do SGP</i></p> <p><i>Relatório Anual de Monitoria (AMR)</i></p> <p><i>Revisão da estratégia de Programa Nacional</i></p>

	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Fortalecimento da capacidade humana e técnica das ONGs e das Organizações da Sociedade Civil para o controlo ambiental, impacto na força de trabalho local e órgãos ambientais e influenciar a planificação de políticas</i> 		<ul style="list-style-type: none"> • <i>800 participantes</i> 	
<p><u>Componente 6 da OP6 do SGP:</u> <i>Promoção da Inclusão Social (criadores das subvenção+):</i></p> <p>6.1 Generalização das considerações de género aplicadas por todos os programas nacionais de SGP; capacitações utilizadas por funcionários do SGP, donatários, membros do NSC e parceiros</p> <p>6. IP confere pelo menos 12 bolsas para capacitação de IPs;</p> <p>Implementação de projetos por IPs é apoiada em países</p>	<p><i>Esboço do princípio de Inclusão Social do CPS, incluindo hipóteses relativas ao contexto nacional para apoiar as populações vulneráveis e marginalizadas.</i></p>	<p>Prioridade de nível Global da OP6</p> <p>Prioridade transversal para a CPS a nível nacional</p>	<p><i>No. de alvos beneficiários desagregados em (género, juventude, populações nativas e deficiência)</i></p> <p><i>No. de alvos nativos (indivíduos)</i></p>	<p><i>Relatório individual do projecto pelas equipa nacionais do SGP</i></p> <p><i>Base de Dados Mundial do SGP</i></p> <p><i>Relatório Anual de Monitoria (AMR)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Revisão da estratégia de Programa Nacional</i>

<p>relevantes;</p> <p>A implementação dos projectos por IPs é apoiada em países de interesse</p> <p>6.3 O envolvimento de jovens e portadores de deficiência é apoiado nos projectos e directrizes do SGP e as boas práticas são amplamente partilhadas com os países</p>				
<p>6.1. (6.3) Promoção da Inclusão Social</p> <p><i>Paisagem Terrestre 1, 2,3 e 4</i></p> <p><i>Paisagem Marinha A, B, C, D</i></p>	<p>6.1.1 Generalização de questões de género através dos programas de SGP e incorporação no ciclo de projectos do SGP</p> <p>6.1.2 Transposição do conhecimento para o acesso dos grupos sociais excluídos</p> <p>6.1.3 Fornecer aconselhamento e assistência aos sociais excluídos</p> <p>Disponibilizar creches para permitir que os pais jovens</p>	<p>Pelo menos 5 projectos para a assistência aos grupos sociais excluídos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Todos os projectos de SGP financiados pela OP6 abordaram questões de equidade de género como um requisito transversal obrigatório</i> • <i>4 programas sociais implementados</i> • <i>8 seminários e 800 participantes</i> • <i>Participação de 700 mulheres, jovens e portadores de deficiência</i> • <i>8 mulheres na liderança de projectos;</i> • <i>8 líderes tradicionais com maior</i> 	<p><i>Relatório individual do projecto pelas equipa nacionais do SGP</i></p> <p><i>Base de Dados Mundial do SGP</i></p> <p><i>Relatório Anual de Monitoria (AMR)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Revisão da estratégia de Programa Nacional</i>

	<p>possam estudar e participar em acções de capacitação profissional</p> <p>Capacitação da mulher de forma a engajá-la em diferentes actividades de desenvolvimento local (generalização das questões de género por todos os programas nacionais de SGP: Capacitações em matérias de género usadas por funcionários d SGP, donatários, membros do NSC e parceiros)</p> <p>O envolvimento de grupos especiais tais como jovens e portadores de deficiência é apoiado nos projectos e directrizes do SGP e as boas práticas são amplamente partilhadas com os países</p> <p>Incentivar a criação de redes para tornar grupos específicos mais efectivos na participação social</p>	<p>Pelo menos 4 projectos para consciencialização educacional</p>	<p><i>capacidade para organizar projectos de populações nativas, que fornecem acções concretas para alcançar as suas necessidades, bem como para uma representação forte na advocacia de políticas.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Número de organizações juvenis bem como de portadores de deficiência que participam nos projectos de SGP e no desenvolvimento de estratégias ambientais nacionais e de desenvolvimento sustentável. 	
--	--	---	---	--

	<p>Elevar a equidade através do desenvolvimento de plataformas transparentes para a disseminação de oportunidades de emprego, negócios e financeiras para jovens e mulheres</p> <p>Promover projectos juvenis de competição tecnológica e negócios</p> <p>6.1.4 Consciencialização educacional</p> <p>Promoção de campanhas educacionais e consciencialização, actividades recreativas e turísticas diversificadas para promover a inclusão social</p> <p>Incentivar os provedores de serviços (privados e públicos) a adaptarem seus serviços aos grupos socialmente excluídos</p> <p>Fomentar a redução da perda da biodiversidade através de programas agro-pecuários sociais</p>			
--	---	--	--	--

	Seminários de consciencialização na comunidade e autoridades locais sobre “ Rotas sem Barreiras ” ’			
<p><u>Componente 7 da OP6 do SGP :</u></p> <p><i>Programa de alcance Mundial de Conhecimento Baseado na Prática (Donatários +):</i></p> <p>7.1 Estabelecida uma biblioteca digital de inovações comunitárias e que permite o acesso à informação às comunidades em pelo menos 50 países</p> <p>7.2 A Plataforma Comunitária Sul-Sul de Intercâmbio de Inovações promove intercâmbio sul-sul em matérias mundiais de meio ambiente em pelo menos 20 países</p>	<p><i>Ligações entre os CPS e as prioridades mundiais para a Biblioteca Digital SSC e a Plataforma de Intercâmbio de Inovações</i></p> <p><i>(isto é, exemplos de tecnologias testadas, vantagem comparativas e experiência do programa nacional do SGP)</i></p>	<p>Prioridade de nível Global da OP6</p> <p>Equipas nacionais do SGP (NC e PA)</p> <p>Subsídios da Base de dados mundial</p>	<p><i>No. de alvos de inovações nacionais a serem partilhados e disseminados a nível mundial*</i></p> <p><i>* Os exemplos podem ser elaborados a partir do período da OP6, bem como de Fases Operacionais do SGP anteriores (incluindo o melhoramento dos programas nacionais)</i></p>	<p><i>Base de Dados Mundial do SGP</i></p> <p><i>Relatório Anual de Monitoria (AMR)</i></p> <p><i>Revisão da estratégia de Programa Nacional</i></p>
7.1 Programa de Alcance Mundial	7.1.1 Capacitação de jovens	Pelo menos 4	• 20 projectos usando os princípios de	Relatório de avaliação dos

<p>pelos cidadãos de Conhecimento Baseado na prática</p> <p><i>Paisagem terrestre 1, 2, 3, 4</i> <i>Paisagem Marinha A, B, C, D</i></p>	<p>empreendedores em estratégia de marketing orientado para o eco - turismo</p> <p>7.1.2 Recolha e arquivamento de boas práticas para a partilha do conhecimento gerado para sociedade civil em organizações comunitárias</p> <p>7.1.3 Capacitação das comunidades para serviços de guia ambiental</p>	<p>projectos</p>	<p><i>formação e orientação</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>80 sessões de formação e orientação realizadas</i> • <i>10 negócios envolvidos nos projectos</i> • <i>20% da contribuição dos negócios e co-financiamento</i> • <i>10 boas práticas</i> <i>30 materiais publicados</i> • <i>400 participantes</i> 	<p><i>impactos intercalares</i></p> <p><i>Relatório individual do projecto pelas equipa nacionais do SGP</i></p> <p><i>Base de Dados Mundial do SGP</i></p> <p><i>Relatório Anual de Monitoria (AMR)</i></p> <p><i>Revisão da estratégia de Programa Nacional</i></p>
---	--	------------------	--	---

6. Monitoria, avaliação e relatório

A Monitoria e Avaliação é um processo de supervisão e avaliação do progresso e cumprimento dos projectos e programas. A monitoria e avaliação do programa nacional do SGP será um elemento fundamental para a implementação e gestão do Programa Nacional; e o seu progresso será participativo para permitir que os projectos se tornem processos de aprendizagem que produzem lições que podem ser aplicadas pelos participantes do projecto. Sistemas de controlo rigoroso e avaliação serão efectuados para a manutenção da responsabilidade, para alcançar a sustentabilidade, facilitar a replicabilidade e criar oportunidades para definir e disseminar as lições aprendidas.

A monitoria e avaliação para o Programa Nacional de SGP será levada a cabo em níveis, mormente: o Projecto, O Programa Nacional e os Níveis Mundiais.

6.1 Nível M&E e relatório do Projecto

O objectivo da monitoria participativa e avaliação é de avaliar o progresso da implementação e o alcance dos resultados do projecto e, ao mesmo tempo promover o domínio comunitário do projectos do SGP. Serão envidados esforços para apoiar ONGs e CBOs para desenvolver projectos claros e bem elaborados, alinhados com os critérios do GEF como base para o processo de monitoria e avaliação. Todos os projectos de SGP irão incorporar monitoria e avaliação participativa na sua implementação. O processo será levado a cabo a nível do projecto para:

- Facilitar a identificação e resolução de problemas
- Melhorar o desempenho do projecto e garantir a congruência com os critérios do GEF
- Fornecer as bases para a responsabilidade técnica e financeira
- Criar capacidades para a implementação e gestão bem sucedida do projecto; e promover a identificação e disseminação das lições aprendidas pelos próprios participantes.

Os participantes dos financiamentos do SGP, o Coordenador Nacional e o Comité de Organização/Direcção serão responsáveis pela monitoria e avaliação do projecto. O plano de monitoria e avaliação com indicadores apropriados será um dos requisitos para cada projecto SGP aprovado. Cada projecto deverá ter um registo de monitoria, o qual será usado para a recolha de informação que será analisada para produzir relatórios de progresso periódico e relatórios finais a serem submetidos ao Programa Nacional SGP pelos donatários. Os relatórios de progresso periódico e visitas de campo constituem fontes básicas de informação para a monitoria dos projectos pelo Coordenador Nacional. Cada projecto será concluído com: uma avaliação final, um relatório financeiro final e um relatório final de progresso com a avaliação das lições aprendidas.

6.2 Participação dos Intervenientes Locais

O SGP a nível local está, progressivamente, a estabelecer o seu próprio nicho mas complementando esforços de outras iniciativas similares. A planificação participativa envolvendo vários parceiros (sectores do Governo, agências ambientais, doadores, autoridades administrativas locais, organizações da sociedade civil e empreendedores locais) permite a junção de esforços, abordagem das necessidades e demandas locais e a complementação dos mandatos de cada partido.

A revisão dos objectivos e resultados do programa será efectuada através de encontros e comunicações, e fornecimento de relatórios de seguimento. O portfolio de programa nacional irá abordar agendas e

planos nacionais baseados em análise situacional, o que será complementado pelos objectivos definidos dos MEAs e Convenções assinadas.

Onde for viável, a implementação conjunta de agendas locais efectuada e os programas de diálogo nacional serão os mais adequados para avaliar, de forma participativa, o desempenho do programa.

O SGP já está a participar em vários comités a nível nacional, e este continuará sendo um mecanismo de partilha do conhecimento, influenciamento de políticas e capitalização dos recursos técnicos e financeiros para o sucesso do programa, e será, mais a diante, usado como um mecanismo de publicitação do programa.

6.3 M&E e relatórios de nível nacional

A monitoria e avaliação do programa serão feitos através de:

- A base de dados do SGP foi desenvolvida para ajudar os Coordenadores Nacionais e a Equipa de Gestão Central do Programa a monitorar e analisar o projecto e o seu progresso; A base de dados capta, dentre outras coisas: contas sobre lições aprendidas, casos de estudo, mobilização de recursos ao nível do programa e a performance geral dos projectos; O Coordenador Nacional irá garantir que a informação necessária seja inserida e devidamente mantida;
- Relatórios financeiros sobre a retenção das despesas efectuadas a partir dos orçamentos nacionais operacionais;
- Revisão do Sistema de Avaliação de Desempenho (PRA) o qual retém o progresso técnico e substancial do projecto, numa base anual; A revisão da avaliação de desempenho irá cobrir: o processo de selecção do projecto, as actividades e encontros do NSC; monitoria e avaliação do projecto; esforços para a mobilização de recursos; workshops dos intervenientes e outros eventos financiados pelo SGP e actividades de comunicação;
- Relatório de Revisão do Programa, que é uma avaliação geral do desempenho do Programa Nacional, a ser efectuada pelo NSC com a ajuda do Coordenador Nacional e a participação de outros intervenientes e donatários. O Relatório de Revisão do Programa basear-se-á nos relatórios da PRA, relatório de progresso e relatório final do projecto, relatório final financeiro e de avaliação e avaliação das lições aprendidas; O Relatório de Revisão do Programa é uma oportunidade de analisar as realizações e as deficiências do Programa Nacional baseado na Estratégia de Programa Nacional.

A Estratégia de Programa Nacional (CPS) é um documento dinâmico o qual sofrerá revisões e revistas periódicas quando necessário. A revisão acarretará: O CPS e a implementação geral do programa em conjunto com o Documento dos Resultados e Indicadores do Projecto GEF-SGP; análise, procedimentos e mecanismos do portfólio do projecto.

A Tabela 14 abaixo fornece os principais instrumentos e modelos de M & A ao nível do programa de país.

Tabela 14: Plano M&E a nível do Programa Nacional

Actividades do M&E	Propósito	Partes Responsáveis	Fonte de Orçamento	Tempo
Elaboração da Estratégia de	Estrutura para a identificação de projectos	NC, NSC, Intervenientes nacionais e	Coberto pelo financiamento	No início da fase operacional

Programa Nacional	comunitários	donatários	preparatório	
Revisão Anual da Estratégia de Programa Nacional	A aprendizagem, actualização e aprovação periódica da gestão adaptativa pelo CPMT, CPS serve de directriz para a implementação do GEF SGP em Moçambique	NC, NSC, CPMT	Coberto pelos custos do programa nacional em curso	As revisões serão orientadas numa base anual ¹³ para certificar que o CPS está no caminho certo para o alcance dos seus resultados e alvos, e para tomar decisões sobre qualquer necessidade de revisão ou de gestão adaptativa.
Encontros do NSC para a revisão e análise dos resultados dos projectos em curso	Avaliar a efectividade dos projectos, portfolios, princípios, aprendizagem, gestão adaptativa. Os membros do NSC poderão acompanhar o desenvolvimento, adaptação, período de revisão e implementação do CPS, revisão do plano anual de actividades, monitorar o estado dos projectos aprovados, participar nas visitas de campo com o NC (se aplicável/necessário), etc.	NC, NSC, UNDP	Coberto pelos custos do programa nacional em curso	No mínimo uma vez por ano, uma dedicada a M&E e gestão adaptativa no final do ano de financiamento
Processo de revisão do projecto do NSC	Certificar que o procedimento/ferramenta do SESP aplica SES a nível	NSC, NC, UNDP	Coberto pelos custos do programa nacional em curso	No estágio da elaboração, avaliação e implementação do projecto

¹³ O CPS é um documento vivo e deve ser revisto e actualizado como considerado necessário pelo NSC em uma base periódica como parte da revisão anual da estratégia.

	do projecto.			
Relatório anual Nacional (ACR) ¹⁴	Facilitar relatórios eficientes ao NSC	Apresentação do NC ao NSC	Coberto pelos custos do programa nacional em curso	Uma vez por ano, em Junho
Pesquisa do Relatório Anual de Monitoria (AMR) ¹⁵ (baseada no ACR)	Facilitar relatórios eficientes ao CPMT e GEF; apresentação de resultados ao doador	Submissão do NC ao CPMT	Coberto pelos custos do programa nacional em curso	Uma vez por ano, em Julho
Revisão Estratégica do Portfólio Nacional	A aprendizagem, gestão adaptativa para o desenvolvimento estratégico do Programa Nacional	NSC	Coberto pelos custos do programa nacional em curso	Uma vez por cada fase operacional
Estudos, instituto de estatística, comunicação nacional, planos de acção, etc.	Cruzamento com outras fontes disponíveis	NC, NSC	Coberto pelos custos do programa nacional em curso	Conforme apropriado

6.4 Relatórios de M&E de nível Mundial

Toda a informação gerada na forma de relatórios de progresso, relatórios de avaliação e revisão e avaliação de desempenho será, de forma apropriada, submetida ao CPMT e o UNOPS através dos mecanismos existentes. O CPMT usará a informação como a base para o desempenho do Programa Nacional e identificará os problemas derivados da implementação e intervirá conforme, irá igualmente identificar os sucessos que podem melhorar a implementação bem sucedida do SGP a nível nacional. O CPMT terá a responsabilidade de reportar os progressos na implementação das realizações do programa nacional de SGP mundialmente, dentro dos canais existentes.

O programa irá apoiar as ONGs e os CBOs na processação da monitoria e avaliação dos projectos. A tabela a baixo resume o processo de monitoria e avaliação a nível do Projecto, do Programa e a nível Mundial.

¹⁴ O programa nacional deve ser revisto em consulta com os membros do NSC, pontos focais da Convenção do Rio, e os requisitos associados. O Relatório Nacional Anual deve ser apresentado num encontro dedicado ao NSC, em junho de cada ano para rever os resultados e progressos e tomar decisões sobre medidas e alvos adaptativos para o ano seguinte.

¹⁵ A Pesquisa de AMR será essencialmente elaborada no Relatório Nacional Anual (ACR) com algumas questões adicionais. Este permitirá a agregação dos subsídios nacionais para o relatório do CPMT global.

Os Indicadores, que constituem os elementos críticos de um plano de monitoria e avaliação, são as ferramentas básicas usadas para medir e avaliar o progresso e os resultados de um projecto. Diferentes tipos de projectos têm indicadores diferentes assim, os indicadores devem ser da necessidade de projectos e locais específicos. A cada donatário da GEF SGP ser-lhe-a solicitada a identificação e construção de indicadores para facilitar o processo de monitoria e avaliação dos projectos.

Os indicadores construídos deverão:

- Medir/avaliar os objectivos e resultados esperados mais importantes das actividades do projecto;
- Ser baseados em dados acessíveis que possam ser recolhidos pelos donatários e participantes do projecto;
- Ser quantitativos (em termos de números e percentagens) ou qualitativos (facilmente descritos em palavras) ou a combinação dos dois;
- Ser de tempo específico;
- Ser independentes do objectivo (não devem ser a repetição dos objectivos); e
- Ser económicos (o custo da recolha dos dados não deve exceder o valor da informação).

Os dados das linhas de base sobre os indicadores devem ser fornecidos no início de cada projecto, e não devem estar em falta no início do projecto; a sua colecção e acompanhamento do desenvolvimento dos indicadores devem ser incluídas na proposta como uma actividade preliminar do projecto ou como actividade de planificação do financiamento.

7. Mobilização de recursos e sustentabilidade

O impacto do programa será alcançado através da mobilização elevada do interesse dos CBOs e ONGs na gestão sustentável dos recursos naturais para abordar interesses mundiais do meio ambiente desde o nível de base, usando os recursos disponíveis.

A mobilização dos recursos será igualmente essencial para complementar os fundos próprios. O mecanismo flexível do SGP permite a mobilização de recursos através de co-financiamentos e financiamentos paralelos. As parcerias serão incentivadas, uma vez que elas permitem a junção de esforços e evitam a duplicação de esforços no programa.

As actividades de promoção da geração de rendimento para a sustentabilidade dos meios de subsistência permitem a extensão, pelas comunidades, dos impactos do programa de SGP através da garantia da auto-suficiência. O uso de competências locais como professores, enfermeiros membros cultos da comunidade será essencial no processo de capacitação a nível local, para a gestão local dos projectos.

O desenvolvimento de capacidades técnicas e administrativas, a nível local, permitirá o estabelecimento, a longo prazo, de instituições comunitárias, para a durabilidade dos projectos do SGP. O envolvimento de representações profissionais de ONGs e CBOs nas actividades do programa dado que os provedores de informação e conhecimento irão certificar a sustentabilidade e benefícios a longo prazo.

A participação efectiva e propriedade das comunidades impactadas em todos os estágios do ciclo do projecto será um elemento crucial para a certificação da sustentabilidade do programa. No tocante ao princípio de geração de rendimentos para subsistência, as oportunidades oferecidas pelos projectos e a existência/criação de interesses do sector privado local será incentivada.

8. Parcerias estratégicas

As parcerias bem sucedidas prosperam na confiança e papéis bem definidos para todos os parceiros. O SGP, através do Coordenador Nacional, do UNDP CO, do Ponto Focal do GEF Nacional e do Comité Nacional de Organização irá solicitar apoio para o estabelecimento de parcerias de mobilização de assistência técnica e financeira com agências bilaterais e multilaterais de desenvolvimento, organizações inter-governamentais, sector privado, ONGs, academia e outras organizações.

Os Conselhos Consultivos envolvendo vários intervenientes irão facilitar a criação de parcerias e a busca apoio técnico e financeiro na junção de esforços para atingir o mesmo objectivo entre parceiros com interesses similares. Estes esforços serão orientados pela Estratégia Mundial de Mobilização de Recursos GEF/SGP.

As actualizações regulares da implementação do programa irão certificar a continuidade e manter todas as partes interessadas lado a lado com os desafios e realizações do programa. Isto irá certificar que o SGP é levado em consideração quando as estruturas de assistência estão inactivas.

9. Plano de Gestão de Risco

Os maiores riscos para a implementação identificados durante a OP6 do programa nacional estão listados na tabela 15 abaixo. A tabela ilustra uma estimativa do grau e probabilidade de risco, as medidas relevantes de mitigação.

Tabela 15. Descrição dos riscos identificados na OP6

Descrever riscos identificados	Grau de risco (baixo, médio, alto)	Probabilidade do risco (baixa, média, alta)	Medidas previstas de mitigação de risco
Os doadores reduziram a assistência, o que cria desafios para a mobilização de recursos	Médio	Baixa	Remeter a um princípio mais amplo e criativo de parcerias, incluindo parceiros bilaterais novos e emergentes, bancos de desenvolvimento, governação directa com os cidadãos, o sector privado e a diáspora.
Baixa consciencialização sobre a OP6 do SGP entre as agências de execução (Ministérios correspondentes, autoridades autónomas locais e regionais) e entidades de negócios.	Médio	Média	Debates contínuos, consulta e disseminação de informação sobre os princípios da OP6 do SGP durante meses e anos.
Fraca compreensão e falta de interesse entre os proponentes dos projectos do SGP (ONGs, CBOs, etc) no que concerne às questões ambientais e as directrizes estratégicas da OP6 do SGP	Médio	Média	Implementar uma série de encontros de consulta, desenvolvimento de capacidades, partilha dos casos de estudo da OP5 dos projectos bem sucedidos do SGP para a promoção da participação activa no processo do SGP.
Os Intervenientes a nível comunitário não reconhecem os benefícios do uso sustentável dos recursos naturais e, assim, não têm motivação para participar nas actividades do projecto.	Médio	Média	Capacitar os intervenientes de nível comunitário sobre o uso racional dos recursos naturais e apoio no seu envolvimento em actividades ecologicamente correctas, como uma fonte sustentável de rendimento.
A degradação das paisagens terrestres de produção causadas pelas mudanças climáticas ultrapassou as metas enquanto as podiam ainda ser abordadas através de medidas de adaptação.	Baixo	Baixa	Durante a vigência de um projecto de financiamento, os efeitos das mudanças climáticas nos campos de pasto, florestas e outras paisagens terrestres podem ser sérios. A longo prazo, este risco será abordado pela integração de princípios agro-ecológicos de clima inteligente nos programas de desenvolvimento rural em curso.
Falta de conhecimento e habilidades profissionais, entre os intervenientes das ONGs e CBOs, necessárias para a formulação de candidaturas a financiamento e desenvolvimento de propostas de projectos.	Baixo	Média	Intensificar os serviços de apoio na iniciativa <i>Grantmaker+</i> , o programa nacional continuará a apoiar os CSOs (particularmente os CBOs) no desenvolvimento e formulação de projectos e facilitará o seu acesso aos recursos do SGP e seus parceiros.
Recursos humanos e técnicos inadequados a nível local para a implementação de projectos dentro da OP6 do SGP	Baixo	Média	Com base na experiência, conhecimentos e bens acumulados do SGP por muitos anos, certificar a capacitação e formação sobre a implementação eficiente de projectos, incluindo o uso devido dos recursos

			tecnológicos, financeiros e humanos.
Baixa fiabilidade na certificação da sustentabilidade dos resultados dos projectos implementados na OP6 do SGP.	Médio	Média	Para alcançar a sustentabilidade dos projectos implementados e permitir a sua réplica. As lições aprendidas serão extraídas e comunicadas como parte das actividades do M&E, dentre outras coisas.
A política Nacional não adapta/aceita rapidamente as boas práticas e lições aprendidas dos projectos do SGP.	Médio	Alta	O projecto usará todos os mecanismos possíveis para assegurar que as lições aprendidas sejam transferidas para o nível nacional. Onde necessário, o projecto irá complementar os mecanismos existentes através do desenvolvimento do seu próprio mecanismo de transferência ascendente – ex: grupos locais de trabalho, seminários ou exercícios de pressão em matérias específicas.

O plano de avaliação e gestão de risco será introduzido de forma compulsiva na proposta de projecto para os riscos de CPS identificados, com especial enfoque nos focos temáticos e as potenciais actividades do projecto. Adicionalmente, o NSC baseado em competências irá avaliar os potenciais riscos e a qualidade do plano de gestão de riscos, e irá instruir os donatários com base nos resultados.

10. Aprovação do Comité e Director Nacional

Nota: A assinatura do endosso neste momento é para o CPS completo e final devidamente revisto pelo NSC e acordado como o guia para a implementação do OP6 pelo Programa de País do SGP..

Membros do NSC envolvidos no desenvolvimento, revisão e aprovação da OP6 CPS	Sector/ Organização	Posição no NSC	Assinaturas
Augusto Correia	Outro/IGO (GEF/SGP)	NC	
Cornélio Ntumi	Academia/Pesquisa (UEM/DCB)	Aspectos Académicos	
Janeiro Avelino	Outro/IGO (UNDP CO)	Aspectos de Desenvolvimento	
Marta Manuel	Sector Privado (FUNAB)	Aspectos do Sector Privado	
Palmira Vicente	Organização Internacional de	Aspectos de Doadores	

	Doadores (Embaixada da Irlanda)		
Paula Boane	Outro/IGO (GEF/SGP)	PA	
Paulo Romão	Outro/IGO (ILO)	Aspectos de Pobreza e Vulnerabilidade - Presidente	
Pedro Pereira	Governo (MITADER)	Aspectos de Populações Nativas	
Regina Cruz	ONG (IUCN)	Aspectos Ambientais	
Telma Manjate	Governo (MITADER – GEF/OFPP)	Aspectos do GEF	
Zuleika Saide	ONG (PROMUGE)	Aspectos de Género e Juventude	

ANEXO 1: Avaliação das Linhas de Base da OP6 da Paisagem Terrestre/Marinha

A – Avaliação das Linhas de Base

Abordagem e Metodologia

A metodologia observou três passos principais:

1. Desenvolvimento de critérios para a selecção dos locais
 - Natureza dos locais propostos
 - Identificação das características do local
 - Identificação dos desafios dos locais propostos
2. Identificação dos princípios chave do modelo
3. Desenvolvimento do modelo de Paisagem Terrestre/Marinha do SGP Moçambique

Desenvolvimento da avaliação das linhas de base do local

As características do local avaliadas em cada local incluem:

- a. Biodiversidade
- b. Populações e comunidades locais
- c. Padrões e tendências do uso da terra e recursos locais
- d. Actividades económicas
- e. Lista completa dos intervenientes do local
- f. Programas e doadores existentes
- g. Ameaças para o meio ambiente e respectivas causas

Metodologia

1. Revisão Especializada de Literatura
2. Exercícios rápidos de avaliação comunitária, usando avaliação Rural Participativa, entrevistas pessoais e debates de grupos específicos
3. Processo de indicação do local:
 - a. Definição da equipa facilitadora do projecto (consultores – facilitador do projecto; coordenador nacional do SGP; Comité de Director; intervenientes e actores relevantes)
 - b. Categorização dos actores (titulares, intervenientes, responsáveis)
4. Promoção da inclusão
 - a. Inclusão: grupos marginalizados, guardas tradicionais, grupos de subsistência
Grupos favorecidos; mulheres e jovens, grupos vulneráveis.

Resultados alcançados

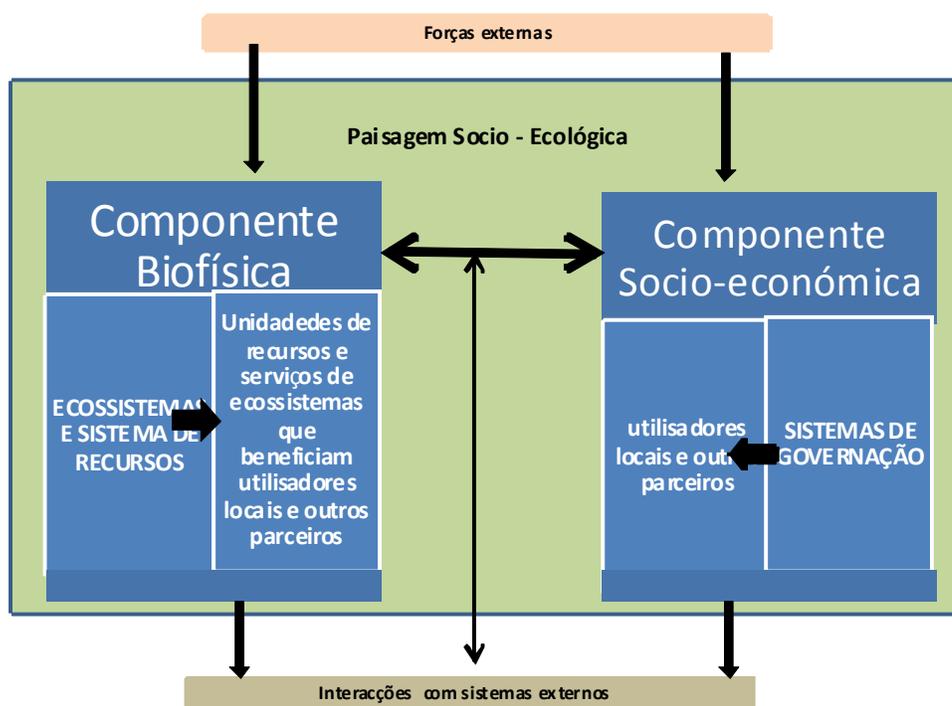
- O nível de conhecimento das comunidades no potencial local
- Relacionamento das comunidades com o respectivo local da paisagem terrestre/marinha (percepções locais, situação e ameaças)
- Identificação dos aspectos chave dos intervenientes

B – Modelo conceptual

Elaboração da estratégia do local, o que estabelece a relação entre as ameaças e oportunidades num determinado local.

O modelo conceptual serve de base para a elaboração e gestão do projecto, bem como para a posterior monitoria e avaliação.

Modelos conceptuais de Paisagem terrestre/marinha



O modelo conceptual foi desenvolvido obedecendo os seguintes passos:

1. Identificação e descrição dos componentes chave dos locais

- a) A componente biofísica: ecossistemas, os principais recursos e serviços de ecossistemas prestados pelo sistema ecológico e outros intervenientes, sistemas e unidades de recursos: terras comunitárias, principais habitats, corredores ecológicos, solos, vegetação, agro-ecossistemas, pântanos, massas de água e áreas marinhas e costeiras, as áreas de conservação, situação/tendências de conservação/degradação, os principais componentes fora da paisagem terrestre com a qual interagem;
 - b) A componente socioeconómica: as comunidades que usam a paisagem terrestre, a estrutura social (líderes comunitários, grupos étnicos e outros agrupamentos, línguas, género), o relacionamento entre as comunidades e as áreas de conservação na paisagem terrestre, padrões de assentamento humano, infra-estruturas, padrões de alocação e uso d recursos, sistemas de subsistência, padrões e níveis de dependência pelo capital natural, saúde, cultura, conhecimentos e valores tradicionais, leis e crenças costumeiras pelos diferentes grupos comunitários, a percepção do valor dos recursos naturais; as instituições/sistemas governativos: leis, políticas locais, aspectos de género.
2. Identificação e descrição dos principais vectores de mudança do sistema da paisagem terrestre
 - a) As pressões externas (densidade populacional, políticas económicas externas e mercados, etc)
 - b) Quais são os eventos de longo prazo, ex: a elevação do nível do mar, a elevação da temperatura, etc
 - c) Acontecimentos subtis, ex: cheias e secas, e outras pressões internas tais como incêndios naturais ou incêndios antropogénicos, poluição química, degradação e transformação ambiental relacionada com as pressões descritas e com o desenvolvimento a nível da paisagem terrestre bem como a nível regional/nacional.
 3. Estabelecimento, indicação e descrição da relação entre as pressões identificadas (internas e externas) e as mudanças que elas promovem e como a interacção entre estas pressões pode produzir interacções e produzir resultados específicos da paisagem terrestre.
 4. Indicação e descrição de como estas mudanças podem ser mitigadas usando iniciativas complementares, por exemplo, através da conservação da paisagem terrestre comunitária, agro-ecologia inovativa de clima inteligente, co-benefícios do acesso à energia com baixo teor carbónico, políticas de gestão local de químicos e o cumprimento das leis, plataformas de políticas governamentais de planificação e diálogo, iniciativas de inclusão social (empoderamento da mulher, jovens e envolvimento social) e inovações tecnológicas para o benefício das comunidades, e intercâmbio de inovações comunitárias.

Metodologia

Foi realizado um workshop para gestores de conservação e líderes comunitários que

trabalham na paisagem terrestre/marinha.

Os participantes usaram ferramentas para identificar alvos e ameaças primárias à conservação. Os grupos mapearam estratégias e canais de resultados para ultrapassar as ameaças de forma a garantir que os factores identificados possam ter impacto nas reais condições.

Estratégia de campo

Criação destas estratégias para:

- a. Orientação da alocação dos recursos

- b. Implementação das intervenções do projecto

- c. Avaliação dos resultados

Definição do local para um aglomerado de projectos:

- a. Desenvolvimento de pequenos portfolios de projectos de financiamento para cada local

- b. Criação de um conselho consultivo local para garantir o diálogo, coordenação e criação de consenso entre os intervenientes chave (agências governamentais e respectivos planos; outras iniciativas de financiamento com enfoque na mesma paisagem terrestre/marinha com a mesma abordagem temática; comunidades) e fazer recomendações sobre propostas de financiamento ao Comité Director Nacional do SGP.

Metodologia

Processo participativo envolvendo consultas com os intervenientes locais através de encontros públicos

Cronograma de implementação – Plano de Trabalho alinhado com a duração do contrato – mínimo de 1 mês e máximo de 3 meses a partir da entrega, e mais um mês para o relatório.

C – Plano de Actividades e cronograma de participações

<p>Título: Preparação da Estratégia de Programa Nacional (CPS) para a Fase Operacional 6 (OP6) 2015 – 2018 do GEF em Moçambique</p>			<p>Datas de início e fim do projecto</p>			
<p>Nome do Proponente: Departamento de Ciências Biológicas (DCB) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM)</p>						
<p>Lista das actividades necessárias para cumprir este objectivo. Indicar quem é responsável por cada actividade e um indicador para o cumprimento da actividade</p>			<p>Duração da Actividade em Meses</p>			
			<p>2015 / 2016</p>			
Actividade	Responsável	Indicador	Mês-1	Mês-2	Mês-3	Mês 4th-4
1.1 Esboço e submissão da proposta	Departamento de Ciências Biológicas (DCB)	Proposta submetida	X			
1.2 Assinatura do contrato	UNDP / GEF SGP Moçambique	Contrato assinado	X			

	e DBS					
1.3 Revisão das prioridades & iniciativas estratégias nacionais	Departamento de Ciências Biológicas (DCB)	Matriz das iniciativas estratégicas da OP6 do SGP proposta		X		
1.4 Exercícios de prospecção	DCB	Paisagem terrestre/marinha		X		
		Local indicado				
1.5 Avaliação das linhas de base da paisagem terrestre/marinha	DCB	Relatório do perfil das paisagens terrestre/marinhas		X		
1.6 Elaboração do modelo conceptual	DCB	Modelos conceptuais de paisagem terrestre/marinha elaborados		X		
1.7 Estratégia de campo da paisagem terrestre/marinha)	DCB	Estratégia de campo da paisagem terrestre/marinha			X	

1.8 Workshop nacional	DCB - UNDP / GEF SGP Moçambique	Consenso em: Campo de paisagem terrestre/marinha Perfil de paisagem terrestre/marinha / Estratégias de campo do Modelo conceptual de paisagem terrestre/marinha				X
Relatório de progresso e relatório final	DCB		X			

D – Estrutura de Gestão e pessoal fundamental

Pessoal fundamental	Deveres acordados no contrato	Papéis e Responsabilidades para o cumprimento da metodologia proposta
Cornélio Ntumi	<p>Elaboração e implementação de projectos sobre avaliação da Biodiversidade das Paisagens terrestres</p> <p>Estudos sobre a Sociologia das Paisagens Terrestres</p> <p>Planificação do Uso da Terra</p> <p>Estudos sobre os Impactos das Mudanças Climáticas</p> <p>Resiliência dos Sistemas Socioecológicos</p> <p>Modelação Ecológica</p> <p>Abordagem Participativa</p> <p>Liderança no projecto</p> <p>Implementação</p> <p>Planificação Estratégica</p>	<p>Coordenador do projecto</p> <p>Facilitador da Criação de Consensos</p> <p>Avaliação das linhas de base</p> <p>Desenvolvimento dos modelos conceptuais de Paisagem Terrestre</p> <p>Facilitação da elaboração da estratégia de campo da Paisagem Terrestre</p> <p>Apresentação de resultados a grandes audiências</p>
<p>Sebastião Inácio</p> <p>Famba</p>	<p>Gestão do Uso da Água, Terra e da Produção</p> <p>Gestão da irrigação e Químicos</p>	<p>Especialista</p> <p>Avaliação das linhas de base</p> <p>Desenvolvimento dos modelos conceptuais de paisagem terrestre com envolvimento dos intervenientes</p>
Verónica José	<p>Bioindicadores de reservas de carbono</p> <p>Planificação Ambiental</p> <p>Estudos sobre os impactos das Mudanças Climáticas</p>	Especialista

	Resiliência dos Sistemas Socioecológicos Modelação ecológica Serviços dos Ecossistemas	Desenvolvimento dos modelos conceptuais de paisagem terrestre Avaliação das linhas de base Elaboração dos modelos de Estratégia Inclusiva
Núria Monjane	Conservação e Desenvolvimento da Biodiversidade Avaliação Qualitativa da Ecologia Numérica	Assistente Avaliação das linhas de base Assistência aos encontros dos Grupos Focais Assitência à Revisão Documental

ANEXO 2: Análise do potencial para a complementaridade e sinergia das iniciativas estratégicas da OP6 com o sistema do UNDP/UN, doador e programas e projectos financiados por ONGs.

Nome da agência / organização	Projecto (doador)	Oportunidades de parceria para a complementaridade e sinergias dentro das áreas das paisagens terrestres/marinha	Foco Geográfico
Projectos do UNDP e Agências da ONU:			
1. Banco Mundial e UNDP	Projecto de Recursos Pesqueiros do Sudoeste do Oceano Índico	Este projecto tem por objectivo dar assistência no melhoramento da gestão dos recursos vivos e habitats e ecossistemas marinhos partilhados de Moçambique, Madagáscar, Comores, Kénia, Tanzania e África do Sul.	O Canal de Moçambique e os 150 m de profundidade à superfície do seu contorno costeiro de 200 milhas de EEZ da África do Sul, Tanzânia e Quénia.
2. FAO	Conselho Consultivo de Gestão de Terras para o melhoramento sustentável da terra e outros recursos naturais no país	Melhorar a coordenação interministerial no que tange à gestão da terra e outros recursos naturais.	Governo Local, Sociedade, Intervenientes
3. FAO	Introdução da capacitação para a prevenção das pestes dos pequenos ruminantes (PPR) em Malawi, Moçambique e Zambia	Prevenção à eclosão da peste de pequenos ruminantes em 18 distritos de alto risco nas Províncias de Cabo Delgado e Niassa	Regional e distritos de Cabo Delgado e Niassa
4. FAO	Desenvolvimento da Pesca Costeira nas províncias de Gaza e Inhambane em Moçambique http://www.fao.org/tc/faoitally/projects-detail/es/?dyna_fef%5Buid%5D=134989	Melhorar a gestão de recursos, tanto pela participação crescente das populações na gestão participativa como através do melhoramento da recolha, análise e aplicação dos dados pesqueiros.	Províncias de Gaza e Inhambane
5. FAO	Protecção e Melhoramento da Segurança Alimentar e Nutrição das famílias nas áreas afectadas pelo HIV/SIDA nas províncias de Manica e Sofala (fase de saída) http://www.fao.org/mozambique/programmes-and-projects/project-list/en/		<i>Províncias de Manica (distritos de Gondola e Macossa) e Sofala (distritos de Gorongosa e Caia)</i>
6. FAO	Educação formal e apoio para a mulher para assegurar os direitos da terra e recursos no contexto da	Este projecto tem por objectivo assegurar que a mulher rural tem assegurado o direito a terra e	Nacional

Nome da agência / organização	Projecto (doador)	Oportunidades de parceria para a complementaridade e sinergias dentro das áreas das paisagens terrestres/marinha	Foco Geográfico
	pandemia do HIV/SIDA http://www.fao.org/mozambique/programmes-and-projects/project-list/en/	recursos, ambos no contexto da comunidade (um papel preponderante na tomada de decisão sobre a gestão da terra, regras costumeiras em uso e reformadas) a nível individual como detentores de direitos e, assim, serem capazes de utilizar os seus direitos para o seu próprio avanço sócio-económico e dos seus familiares.	
7. FAO	Direito à Alimentação a Nível Comunitário	Este projecto promove a abordagem dos direitos humanos nos esforços para alcançar a segurança alimentar a todos os níveis – na legislação, elaboração de políticas e programas, formulação, decisão e implementação.	Nacional
8. FAO e o Ministério da Agricultura	Implementação da Lei de Florestas, Programa de Apoio Económico e Governação para os Países Africanos, Caraíbas e Pacífico.	Reforço da Implementação do Projecto de Lei de Florestas e Vida Selvagem, para o melhoramento da gestão e monitoria das Licenças Florestais.	Distrito de Mocuba em Moçambique
9. FAO	Redução dos Riscos dos Pesticidas Altamente Perigosos	Este projecto ajuda a fortalecer a capacidade dos produtores para fazerem melhor uso dos princípios ecológicos na gestão de culturas e pestes, através da conservação de serviços importantes do ecossistema, tais como controlo biológico natural.	Nacional
10. FAO	Prevenção e descarte de pesticidas obsoletos e resíduos associados em Moçambique http://www.fao.org/agriculture/crops/obsolete-pesticides/what-now/world-projects/africa-projects/country-mozambique/en/	O Projecto desenvolve uma estratégia de comunicação para evitar acumulações futuras e o uso seguro de pesticidas.	Nacional
11. FAO DNEA	Formação de Formadores da DNEA FFS	Resiliência crescente, segurança alimentar e meios de subsistência na Bacia do Rio Limpopo.	Governo Local nos Distritos de Gaza
12. FAO	Canais de valor: produção agrícola e produtividade, pós-colheita e acesso aos mercados.	O projecto tem por objectivo fortalecer a capacidade dos serviços de extensão agrária para a melhoria das técnicas de produção	Governo Local nos distritos de <i>Angónia, Macanga e</i>

Nome da agência / organização	Projecto (doador)	Oportunidades de parceria para a complementaridade e sinergias dentro das áreas das paisagens terrestres/marinha	Foco Geográfico
		agrícola e pós-colheita dos pequenos agricultores.	<i>Tsangano na Província de Tete</i>
14	FAO	Abordagem de educação de qualidade em Changara	Governo Local do Distrito de <i>Changara</i> na Província de Tete
15	WFP, FAO, DNEA/MINAG	Promoção da aquisição de alimentos localmente produzidos, para a assistência alimentar no continente Africano – Aquisição de Africanos para África	<i>Província de Tete</i>
16	FAO	Assistência alimentar de emergência para as famílias afectadas pelas cheias na província de Gaza	<i>Província de Gaza</i>
17	FAO	Governança sobre segurança alimentar e nutricional	Nacional
18	FAO	Disponibilidade alimentar, acesso e consumo	Nacional
19	FAO	Meio ambiente, recursos naturais, mudanças climáticas e redução do risco de desastres	Nacional

Nome da agência / organização	Projecto (doador)	Oportunidades de parceria para a complementaridade e sinergias dentro das áreas das paisagens terrestres/marinha	Foco Geográfico	
		responder aos desastres, e as comunidades com conhecimentos melhorados sobre a a gestão dos recursos da terra, água, florestas e vida selvagem.		
Agências doadoras, projectos Internacionais e ONGs:				
20	WWF	Conservação das Florestas da África Central e Austral	Oportunidades de seleccionar recursos economicamente valiosos, acrescer valor aos recursos naturais, envolvimento da partilha de benefícios, incentivar a gestão sustentável e, juntamente caminhar para a redução da pobreza.	África Central e Austral, Eco-região do Miombo
21	WWF	Programa Moçambicano de Água Doce	O projecto incide na conservação da biodiversidade do Lago Niassa e a Bacia do Baixo Zambeze, incluindo o Delta.	Nacional
22	WWF	O Arquipélago Primeiras & Segundas	Fornece os resultados da conservação e desenvolvimento às comunidades carenciadas e o trabalho com o Governo na preparação do estabelecimento de uma reserva marinha parcial.	Costa das Províncias de Nampula e Zambézia
23	WWF	O Programa Marinho	Monitoria de dugongos, locais de nidificação das tartarugas, pesca artesanal, recifes de coral, marcação de tartarugas como o desenvolvimento e monitoria de santuários marinhos.	Parque Nacional das Quirimbas, Arquipélago de Bazaruto e Arquipélago Primeiras & Segundas
24	WWF	O programa Florestal – Responsável pelo Comércio e Gestão Sustentável das Florestas	O projecto terá o papel de reduzir o comércio ilegal de madeira e animais selvagens	Consessões Florestais em Manica
25	BioFund	Edificação do Futuro da Biodiversidade	O BioFund terá o papel principal de apoiar o sistema excepcional Moçambicano de áreas de conservação, que inclui paisagens terrestres nas 14 maiores regiões ecológicas desde os Lagos do Vale do Rift, às terras húmidas do delta do rio Zambeze, florestas do Sul das Montanhas do Rift , mangais da África oriental e muito mais.	Nacional

Nome da agência / organização	Projecto (doador)	Oportunidades de parceria para a complementaridade e sinergias dentro das áreas das paisagens terrestres/marinha	Foco Geográfico
26 IUCN	Biodiversidade	O objectivo é promover a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável de actividades ligadas ao turismo, agricultura e pesca e ajudar no acesso à terra.	Nacional
27 USAID	Adaptação às Mudanças Climáticas nas Cidades Costeiras d Moçambique	Elevar a compreensão e aplicação pelas autoridades municipais de soluções de adaptação urbana e a dinamização da capacidade local para a gestão de recursos e ajudar a promover a adaptação às mudanças climáticas.	Cidades de Pemba e Quelimane
28	A próxima geração da Agricultura	Traz possibilidades inovadoras para a agricultura, cria um sistema alimentar de captação do carbono e protege o meio ambiente e as espécies selvagem ameaçadas.	Governo Local: Província de Maputo
29	Projecto Moçambicano do Carbono	Estabelece uma nova relação entre a agricultura e a natureza, para a mudança do modelo de cultivo e integrá-lo nos canais mundiais de produção.	Nacional